



# VOZES SILENCIADAS

## Mídia e protestos

A cobertura das manifestações  
de junho de 2013 nos jornais O Estado de  
S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo



intervozes  
coletivo brasil de comunicação social



# VOZES SILENCIADAS

## Mídia e protestos

A cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo

### REALIZAÇÃO



intervozes  
coletivo brasil de comunicação social

### APOIO



FORDFOUNDATION

**FRIEDRICH  
EBERT**   
**STIFTUNG**

DEZEMBRO / 2014

**EXPEDIENTE**

Vozes Silenciadas Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo

**Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social****Conselho diretor (2014–2015)**

Ana Claudia Mielke

Bia Barbosa

Bruno Marinoni

Daniel Fonsêca

Iara Moura

Jonas Valente

Mayrá Lima

Paulo Victor Melo

Pedro Ekman

Raquel Dantas

Veridiana Alimonti

**Pesquisa e redação**

Sivaldo Pereira da Silva

**Equipe de pesquisa**

Ariane Regina Ribeiro Sapucaia

Beatriz de Carvalho Alexandrino

Eduardo Jorge Leão Barbosa de Lira

Filipe Vieira Rodrigues

Larissa Gomes de A. Vasconcelos

Márcio da Silva Anastácio

Uiliana Valesca Marcolino Lima

**Revisão**

Bia Barbosa

Daniel Fonsêca

Iara Moura

Mayrá Lima

**Revisão ortográfica**

Bianca Tavolari

**Diagramação**

Gisela Dias

**Fotos**

Mídia Ninja

**Catálogo**

Luciana Danielli - CRB 75024

I 61v Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social

Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. / Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – São Paulo: Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-63715-03-6

1. Meios de Comunicação – Aspectos Sociopolíticos. 2. Grupos de Mídia. 3. Cobertura Jornalística. 4. Manifestações Sociais. 5. Jornais. 6. Estado de São Paulo (jornal). 7. O Globo (jornal) 8. Folha de São Paulo (jornal). I. Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. II. Título.

CDD - 22.ed. – 322.44

# sumário

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>1.</b> Jornadas de Junho e a comunicação	<b>10</b>
<b>2.</b> Parâmetros metodológicos	<b>16</b>
<b>3.</b> Análise descritiva da cobertura do O Estado de S. Paulo	<b>25</b>
<b>4.</b> Análise descritiva da cobertura da Folha de S. Paulo	<b>35</b>
<b>5.</b> Análise descritiva da cobertura do O Globo	<b>47</b>
<b>6.</b> Análise geral e perspectiva comparada	<b>58</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>73</b>
<b>Referências</b>	<b>76</b>



# apresentação

**E**m junho de 2013, o país foi surpreendido por uma série de protestos replicados em diversas cidades, reunindo multidões e causando a paralisação de grandes centros urbanos. Foram as maiores manifestações desde as “Diretas Já”, na década de 1980, e do “Fora Collor”, em 1992. Os protestos das “Jornadas de Junho” – ou simplesmente as “Manifestações de Junho” – nasceram da reivindicação contra o aumento da tarifa do transporte público e expandiram-se, na sua fase final, para bandeiras mais difusas e menos pontuais.

Do ponto de vista geral, as Manifestações de Junho podem ser pensadas como parte dos novos processos de ação coletiva que vêm se desenhando nas últimas décadas. Modos inovadores de organização e mobilização que se dão por meio da conexão de diversos atores em rede e que se utilizam das tecnologias da comunicação como elemento catalisador de vontades. Com outra dimensão, a Primavera Árabe e o Movimento 3M na Espanha são alguns dos antecedentes recentes mais significativos deste novo modo de ação coletiva.

Para o Coletivo Intervezes, os protestos de junho refletem um momento significativo de mobilização social que deve ser comemorado e também melhor compreendido. Um dos elementos importantes neste processo é a comunicação social. Tanto os meios mais recentes (mídias sociais digitais, comunicação móvel) quanto os meios tradicionais (*mass media*, jornalismo) desempenharam papéis importantes. Serviram como caixas de ressonância para as vozes dos diversos atores que compuseram este enredo. Porém, se as mídias digitais serviram como ferramenta de mobilização e ampliação dos protestos, de que forma ocorreu a cobertura dos *mass media*? Como os principais jornais brasileiros trataram do tema e de seus atores?





Para responder a estas questões ou, pelo menos para tentar esclarecê-las, surgiu esta pesquisa<sup>1</sup>, ainda em 2013. Em seu desenho original, a ideia

era analisar um período de dois meses (entre junho e agosto de 2013) e abarcar veículos impressos, televisivos e *online*. Com a prospecção realizada ainda em 2013, detectou-se grande volume de conteúdo a ser analisado, o que demandaria um tempo maior para a conclusão do estudo. Após análises metodológicas mais apuradas, optou-se pela escolha de três importantes veículos de jornalismo *online* como objetos de estudo: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo e considerou-se que este seria um extrato representativo da mídia brasileira, até porque constituem jornais de grandes conglomerados de mídia atuantes no país. Quanto ao recorte temporal, optou-se pela análise dos 19 primeiros dias de junho por abarca-

---

<sup>1</sup> O estudo foi coordenado e executado pelo professor Sivaldo Pereira da Silva, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e da Universidade de Brasília (UnB). Envolveu uma equipe de pesquisadores do Centro de Formação e Extensão em Comunicação, Democracia e Direitos Humanos (Coscentro) da Ufal no processo de coleta de dados e dupla checagem de informações.

rem os principais momentos dos protestos e comportarem uma quantidade significativa de matérias. Após a extensa coleta de dados e triagens de informação, a análise foi realizada em um conjunto final de 964 matérias analisadas, somando os três veículos. O período estudado compreende os 19 primeiros dias de junho de 2003. O objetivo principal foi trazer uma visão concreta, baseada em análise de material empírico, sobre a cobertura das manifestações de junho pelos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, nas respectivas versões *online*.

A pesquisa não visa fazer uma análise de todas as ações dos protestos e da respectiva cobertura que envolveria não apenas o mês de junho, mas também as ocorrências, ainda que mais esparsas, pelo menos até setembro. Especificamente, o objetivo do estudo é compreender como se deu a cobertura dos jornais durante o processo que culminou com as grandes manifestações do dia 20 de junho, que reuniram mais de um milhão de pessoas nas ruas. A data é simbólica e histórica pelo volume de manifestantes e por ser considerada o ápice das Jornadas de Junho. Logo, o recorte de análise entre o dia 1º ao dia 19 busca justamente compreender o processo que precedeu esta data histórica.

Para atingir este horizonte, o estudo foi organizado em seis capítulos. No capítulo 1, intitulado *Jornadas de Junho e a comunicação*, o objetivo foi contextualizar os protestos, identificando suas fases e traçando, ainda que brevemente, o lugar da comunicação neste fenômeno.

Tendo em vista o teor empírico deste estudo, o capítulo 2, denominado *Parâmetros metodológicos*, foi desenhado para explicar o processo de seleção das notícias, os recortes realizados, as opções e as ferramentas metodológicas aplicadas, além dos indicadores adotados.

Já a sequência dos capítulos 3, 4 e 5 trata da descrição dos dados dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, respectivamente. Cada um desses capítulos foi organizado em torno de três seções: caracterização da amostra, análise dos indicadores qualitativos e análise dos indicadores normativos. Por fim, o capítulo 6 traz a análise geral dos dados, somando e comparando os três veículos estudados.

Acredita-se que este estudo possa contribuir para o entendimento histórico do que significaram as Manifestações de Junho e que também possa servir como registro da ação mediadora dos meios de comunicação neste processo. Uma mediação nem sempre pacífica e, como demonstram os dados, nem sempre adequada aos princípios normativos que regem a boa prática jornalística.

# 1.

## **Jornadas de Junho e a comunicação**

### **1.1 Contextualizando as Jornadas de Junho**

**E**m linhas gerais, os protestos de junho no Brasil devem ser compreendidos como um complexo fenômeno político e social que não possui apenas uma causa ou um elemento definidor. Primeiramente, há um histórico de carências e problemas na prestação de serviços essenciais à população, como saneamento básico, saúde, segurança, educação e transporte público, ainda que, nos últimos anos, tenha havido uma reconhecida melhoria nos índices de desenvolvimento humano. Estas deficiências configuram problemas amplamente compartilhados nas diversas regiões, conhecidos por diversos brasileiros em diferentes cidades e são sentidos principalmente pelas classes com pouco poder aquisitivo. Deste modo, a pauta do transporte público é altamente sensível por abarcar não apenas as classes trabalhadoras, mas a classe média e, de forma mais específica, o segmento estudantil.

Para fins didáticos, podemos demarcar quatro fases mais representativas dos protestos: **(1)** fase preparatória, **(2)** fase de eclosão, **(3)** fase de nacionalização, **(4)** fase de difusão e **(5)** fase de desmobilização.

Inicialmente, podemos falar em uma fase preparatória se levarmos em conta que houve uma série de protestos precedentes contrários ao aumento de tarifas registrado em diversas cidades brasileiras. Em anos anteriores, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Natal, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre foram algumas das cidades que registraram mobilizações similares precedentes, com pautas

semelhantes, mas sem alcançar uma dimensão nacional<sup>2</sup>, embora tenha havido grande repercussão. Estas ocorrências não tiveram tanto impacto ou visibilidade, mas significaram a consolidação de organizações como o Movimento Passe Livre (MPL)<sup>3</sup>, que liderou as primeiras manifestações em junho de 2013 em São Paulo, colocando a pauta do transporte público como bandeira específica de grupos ativistas do país de forma mais clara.

Com esta base desenhada, a fase seguinte marca a eclosão, isto é, o início da série de protestos que repercutiria em uma onda de manifestações nacionais. Isto ocorre a partir da primeira semana de junho, como uma resposta direta ao anúncio das autoridades governamentais de São Paulo sobre

o aumento da tarifa do transporte público, que passaria de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Uma data importante neste início é o dia 6 de junho, quando o MPL convoca um ato na capital paulista. Nessa primeira fase, houve uma forte repressão da Polícia Militar, sob a alegação de cumprir ordens de desobstruir vias interditadas pelo protesto ou alegando reação a ataques dos manifestantes. Houve também manifestações de autoridades públicas apoiando a ação da PM e condenando as manifestações. Porém, ao contrário do que as autoridades esperavam, a repressão policial gerou um efeito colateral não previsto: novos protestos foram agendados nos dias seguintes (dias 7 e 8) na cidade de São Paulo e a quantidade de manifestantes aumentou de forma significativa (no dia 8, a manifestação somou cerca de quatro mil manifestantes). Com mais repressão policial e com a repercussão em jornais e mídias sociais, as manifestações começaram a ganhar apoio fora de São Paulo e passaram a inspirar outras cidades que também estiveram ou estavam prestes a ter aumento tarifário.

A partir do dia 10, começa a fase da expansão dos protestos. Gradativamente, a partir desta data, outras capitais, como Rio de Janeiro e Recife, também registram (ou retomam, como foram os casos de Porto Alegre e Natal) manifestações contra os reajustes nas tarifas do transporte público recém-anunciados. Em poucos dias, outras cidades também tiveram seus protestos. Nesta etapa, o foco sai de São Paulo e as manifestações ganham um tom “nacional”. Passam a tratar não apenas do problema do reajuste tarifário, mas da luta pelo

---

2 As primeiras mobilizações ocorreram mesmo antes da consolidação do Movimento Passe Livre: em 2003, na cidade Salvador (“Revolta do Buzu”), e, em 2004 e 2005, na cidade de Florianópolis (“Revoltas da Catraca”).

3 O Movimento Passe Livre (MPL) é uma organização civil brasileira que tem como principal bandeira a adoção da tarifa zero para o transporte público. O movimento nasceu em 2005, durante o Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre. No site oficial, a organização se descreve como um “movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”.

direito ao transporte público. Ao mesmo tempo em que crescem as ocorrências de manifestação, também aumenta a repressão policial.

A fase seguinte é o que podemos chamar de “difusão”, ou seja, quando a natureza dos protestos se diversifica largamente, tanto em ocorrência de manifestações quanto em variedades de pautas. Isto se inicia principalmente a partir do dia 14:

*A partir da segunda semana de protestos, após o dia 13 de junho, data da repressão mais violenta ocorrida em São Paulo, o tom das reivindicações e da composição social dos manifestantes teve um corte menos preciso, apresentando pautas tão genéricas quanto estereis (Fonsêca, 2013, p.8).*

Esta fase também é caracterizada pelo início da Copa das Confederações, um torneio organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) como evento preparatório para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Tal etapa também inclui o anúncio da diminuição da passagem para os valores originais em São Paulo e em outras cidades. Os protestos passam a aglutinar diversos grupos com diversas bandeiras menos pautadas em reivindicações concretas como a mudança tarifária. Temas como “crítica aos gastos públicos com a Copa do Mundo de Futebol” e “crítica à corrupção” passam a ser incorporados nas manifestações de modo mais intenso. A fase termina com o dia 20 de junho, quando ocorrem os maiores protestos em termos de volume de manifestantes com ações simultâneas em diversas cidades, somando

milhões de pessoas nas ruas brasileiras. Podemos considerar o dia 20 de junho uma data histórica pela ocorrência de uma grande onda de manifestações que, somadas, são as maiores desde o movimento “Fora Collor” na década de 1990. Em termos de volume, pode-se considerar o ápice das manifestações e, ao mesmo tempo, também o ponto alto da dispersão ideológica:

*Nas manifestações de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes (Secco, 2013, posição 1316).*

Por fim, a partir do dia 21 começa a fase de desmobilização. A partir desta data há um gradativo declínio do número de manifestações, que ainda se mantêm até o final do mês e com algumas ocorrências nos meses seguintes, mas sem a intensidade e amplificação característica das fases anteriores.

Para Ortellado (2013), durante os momentos finais da campanha contra o aumento das passagens, a luta foi tomada pela difusão de pauta e, quando o aumento da tarifa foi revogado (principalmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro), a agitação permaneceu órfã e a dispersão de bandeiras se apoderou do processo, estabelecendo-se, assim, um ativismo processual pouco orientado a resultados.

## 1.2 Manifestações de Junho e a comunicação

Em todas as fases das Jornadas de Junho, o papel dos meios de comunicação foi um item importante na evolução dos eventos. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que não devemos considerar a comunicação como um elemento definidor ou central. Como vimos anteriormente, há todo um contexto social, político e econômico precedente que torna a comunicação uma peça nesta complexa engrenagem e não seu motor norteador.

Para entender o papel da comunicação neste cenário, devemos, inicialmente, situar os protestos de junho no Brasil como um fenômeno maior da nova forma de ações coletivas emergentes.

Como explica Silva (2013), historicamente, pelo menos até boa parte do século XX, as ambiências criadas por movimentos sociais, organizações civis, partidos, sindicatos e associações foram o *locus* natural para o envolvimento político de indivíduos que se engajavam em determinadas causas, bandeiras ou reivindicações. Sob a tutela de uma ação coletiva, o cidadão se enquadrava na estrutura da organização que sustentava uma pauta específica, responsável por coordenar as atividades, mobilizar recursos, arregimentar outros cidadãos e ganhar visibilidade, tornando suas demandas parte da agenda pública, angariando apoio e criando as condições políticas para sua implementação. Neste cenário, o uso de meios de comunicação significava uma dimensão duplamente estratégica: de um lado, como instrumentos direcionados para arregimentar novos militantes capazes de mul-

tiplicar e operacionalizar as ações coletivas (algo materializado na produção própria de boletins, panfletos, jornais e demais produtos de mídia); de outro lado, como canais para a obtenção da visibilidade e do apoio da opinião pública, que passava necessariamente pela mediação das instituições midiáticas e pelo jornalismo tradicional que representavam um filtro e, ao mesmo tempo, uma barreira a ser rompida. Não por acaso, paralelamente às negociações e ao *lobby* no plano político, manifestações públicas, passeatas, abaixo-assinados e campanhas se tornam ações fundamentais de visibilidade e de demonstração de força.

O surgimento da internet para o uso civil a partir dos anos 1990 traz novos elementos para este quadro. Mas é a emergência de redes sociais *online* e a popularização de aparelhos multimídia móveis, no século XXI, que têm repercutido em mudanças substanciais na dinâmica até então preponderante da ação coletiva (Silva, 2013).

O movimento antiglobalização e a Batalha de Seattle, no final dos anos 1990, marcam esta nova forma de ação coletiva que passou a utilizar a comunicação digital como elemento mobilizador e organizador das manifestações. Com a popularização de dispositivos móveis conectados em rede – como celulares – e das mídias sociais digitais, principalmente a partir da primeira década deste século, a evolução desta nova forma de manifestação atinge seu patamar mais bem delineado com as grandes ondas de protestos no início desta década, como a Primavera Árabe nos países do Oriente Médio, o Occupy Wall Street nos EUA, o Movimen-

to 3M na Espanha e a Revolução das Panelas na Islândia. E, em 2013, os protestos na Turquia e no Brasil. Em todos os casos, há um contexto social, político ou econômico favorável aos protestos, um estopim para sua eclosão e o uso intenso da comunicação digital em sua dinâmica e desenvolvimento. O papel mobilizador foge do modelo clássico baseado em uma grande organização com capital político suficiente para centralizar todas as direções do movimento. Como exemplificam Malini e Antoun (2013), ao analisar o movimento 3M na Espanha, esta mobilização passa a ter na comunicação digital uma aliada importante.

*Uma das características nos grandes protestos é a emergência do “perfil oficial” de um ato de mobilização. De base anônima ou coletiva, os perfis oficiais ativistas se destinam a publicar convocatórias de encontros, resultados de decisão coletiva, testemunhos de repressão e compartilhamentos de canais de transmissão ao vivo dos protestos. Eles atestam e, ao mesmo tempo, distribuem os registros principais dos acontecimentos. Atuam como coordenadores da mobilização, e não como produtores de reflexão sobre os rumos da manifestação (Malini, Antoun, 2013, p.228).*

Se devemos afirmar que os protestos não surgiram unicamente em razão da comunicação digital, ao mesmo tempo é preciso reconhecer que dispositivos móveis e plataformas *online* tiveram um papel fundamental na catalisação de vontades, reivindicações e sentimentos de mobilização. Na visão

de Manuel Castells (2013), os protestos no Brasil foram forjados no bojo de uma nova cultura de comunicação, de uma nova cultura das redes.

*De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam — e estão — sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão a mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu (Castells, 2013, p.179-180)*

Para o autor, a onda de protestos no mundo e também o caso brasileiro constituem um efeito contemporâneo daquilo que chama de “cultura da autonomia”, baseada na constituição de redes de apoio e mobilização por meio do compartilhamento em plataformas como redes sociais:

*[...] a autocomunicação de massas é a plataforma tecnológica da cultura da autonomia. A partir dessa autonomia, as palavras, as críticas e os sonhos do movimento se estendem à maior parte da sociedade. No Brasil, mais de 75% dos cidadãos apoiavam o movimento duas semanas depois de seu início na Avenida Paulista (Castells, 2013, p.180).*

Outra característica da relação entre comunicação digital e os protestos contemporâneos é o incremento da mobilização individual. Estudo

realizado por Fisher e Boekkooi (2010), que analisou o papel do ambiente digital no engajamento de participantes em protestos como o Occupy Wall Street, afirma que o uso da internet tende a mobilizar um percentual expressivo de indivíduos isolados que não estão pessoalmente conectados ao círculo mais amplo de pessoas que se engajam em atividades de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, a disposição de ferramentas interativas nas mãos dos indivíduos faz com que a ação coletiva dependa menos da configuração de uma forte identidade prévia e centralizada no papel das organizações – como apontavam as teorias clássicas dos movimentos sociais (Gohn, 2010) – e passe a se estruturar principalmente a partir de interesses comuns ocasionais ou do compartilhamento de objetivos transitórios, sem necessariamente estar vinculada a uma organização, partido ou sindicato. Isso explica, em parte, a expansão dos protestos no Brasil, principalmente a partir da terceira fase. Os aparelhos móveis como celulares também foram elementos importantes no registro e difusão de cenas de violência policial por meio do que alguns analistas têm chamado de *sousveillance* (Bakir, 2010), isto é, uma “vigilância” do manifestante sob as autoridades por meio desses dispositivos digitais. Isso foi capaz de provocar um contra-agendamento da cobertura da mídia tradicional, que sensibilizou e angariou o apoio da opinião pública.

Se, por um lado, as mídias digitais exerceram uma função mobilizadora e difusora das manifestações, os meios de comunicação tradicionais, principalmente através do jornalismo formal, também

tiveram seu papel na evolução dos eventos. Num primeiro momento – especialmente na primeira fase –, a maior parte da imprensa tratou as manifestações não como um ato de direito e exercício da cidadania, mas como um “transtorno” para o trânsito das cidades, dando saliência ao choque entre manifestantes e policiais e enquadrando os primeiros como motivadores da violência e causadores da destruição de equipamentos públicos e danos a prédios privados. Este foi um posicionamento que se tornou mais evidente nos editoriais dos jornais e nas colunas opinativas que reforçaram críticas aos protestos, cobrando e incitando os governos a agir para reprimir as manifestações.

Houve uma mudança do enfoque da cobertura principalmente após a segunda fase. Isso ocorreu principalmente devido aos registros de violência por parte da Polícia Militar, que também passou a atingir repórteres que cobriam as manifestações, e ainda devido à nacionalização dos protestos que ganhavam o apoio da opinião pública. Há, assim, uma mudança no enquadramento midiático que passou a retratar as manifestações como ações legítimas e os casos de depredação como ações de grupos isolados. Neste momento, o volume de matérias sobre os protestos aumenta em todo país, e o jornalismo formal acaba se transformando também em elemento difusor: leitores, telespectadores e ouvintes passaram a ter sua ração diária de notícias sobre os protestos e o tema passou a ser o principal tópico de agendamento midiático.

## 2.

### **Parâmetros metodológicos**

#### **2.1 Delimitação do *corpus* de análise**

Para analisarmos a cobertura dos protestos de junho de 2013, optamos pelo recorte de um período que fosse representativo dos eventos que antecederam o dia 20 de junho e que comportasse um número expressivo de matérias, sendo, ao mesmo tempo, factível de ser analisado quantitativa e qualitativamente. Assim, o recorte temporal foi definido do dia 1º a 19 de junho. Este período se mostrou ideal, pois comporta os principais eventos das Jornadas de Junho até a referida data histórica, tais como os primeiros protestos no início do mês; a repercussão da repressão policial; a intensificação das passeatas e sua nacionalização; o início da Copa das Confederações FIFA, que se tornou o foco dos protestos em sua segunda fase; e termina com o anúncio da redução da tarifa em São Paulo e em diversas cidades. Na prospecção deste recorte temporal, concluiu-se que havia um quantitativo seguro e expressivo de matérias neste período.

Com o recorte temporal definido, a escolha dos veículos procurou observar os seguintes parâmetros: veículos de jornalismo tradicionais, situados em grandes capitais, que comportem um grande número de leitores e que tenham alcance nacional. Levando em conta a quantidade significativa de matérias no período, optou-se pela análise de três veículos para possibilitar uma perspectiva comparada. Optou-se também pela escolha de veículos de jornalismo *online* (webjornalismo) pela viabilidade de coleta das matérias através dos bancos de dados dos próprios jornais e também pelo fato de o jor-

nalismo *online* ser hoje uma das principais fontes de informação do brasileiro, inclusive já tendo ultrapassado o número de leitores dos jornais impressos no país.

Seguindo estas premissas, os jornais *online* escolhidos foram (em ordem alfabética): O Estado de S. Paulo (Estadão), Folha de S. Paulo e O Globo. Acredita-se que os três veículos comportem características e perfis capazes de possibilitar um diagnóstico representativo da cobertura dos protestos na imprensa brasileira.

A coleta dos *links* das matérias se deu entre dezembro de 2013 e março de 2014 através da utilização da palavra-chave “protestos” no buscador de cada veículo. Este termo de entrada foi considerado suficiente, uma vez que o padrão observado é que, em todas as matérias sobre o tema, a palavra “protesto” aparece no corpo do texto. Trata-se de uma grafia comum adicionada nos motores de busca e mostra-se uma denominação amplamente compartilhada para se referir aos eventos analisados.

Naturalmente, a palavra “protestos” também retornou, nos motores de busca dos sites, um conjunto de textos que não trataram especificamente dos protestos de junho no Brasil. Para isso, até chegarmos ao *corpus* final com garantias de sua representatividade, foram realizados três fases de coleta:

**a. Coleta bruta** – trata-se da inserção da palavra-chave nos motores de busca do site de cada jornal e coleta dos links de todas as matérias com data de publicação entre 1º e 19 de junho. A coleta

foi feita apenas na versão *online* de cada veículo, sem utilizar suas versões impressas e nem portais aos quais são vinculados (como G1, UOL etc.). A coleta levou apenas as matérias claramente vinculada aos jornais em consideração, sendo descartadas replicações de conteúdo ou matérias de outros veículos com URLs distintas<sup>4</sup>.

**b. Primeira triagem** – com o conjunto de *links* da coleta bruta em mãos, realizou-se, em seguida, uma primeira triagem que consistiu em excluir *links* repetidos resultantes dos motores de busca, matérias fora do recorte temporal que eventualmente também passaram pelo motor de busca e matérias cujos *links* estavam claramente vinculados a gêneros opinativos como editoriais, colunas, crônicas etc<sup>5</sup>.

---

4 Por exemplo, no caso do O Estado de S. Paulo, além de matérias específicas do jornal (baseadas no domínio [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)), a busca retornou textos de outro veículo, a Rádio Território Eldorado (com domínio distinto: [www.territorioeldorado.limao.com.br](http://www.territorioeldorado.limao.com.br)). Assim, estes foram descartados.

5 Alguns exemplos de links claramente vinculados a gêneros opinativos: [oglobo.globo.com/opiniao/uma-crise\[...\]](http://oglobo.globo.com/opiniao/uma-crise[...]) / [www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari\[...\]](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari[...]) / [www1.folha.uol.com.br/opiniao/\[...\]editorial-\[...\]](http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/[...]editorial-[...]). Endereços de blogs no âmbito do domínio do jornal, como [blogs.estadao.com.br](http://blogs.estadao.com.br) [...], foram considerados links válidos, uma vez que podem se tratar tanto de matérias como de textos de

**c. Segunda triagem** – na segunda e última triagem, foi realizada uma inspeção em cada uma das matérias para descartar textos que, no conteúdo, demonstravam inadequação ao tema em análise ou ao formato do texto notícia. Foram descartados textos de matérias que tratavam do tema “protestos”, mas que não se referiam ao mesmo fenômeno, isto é, não se referiam aos protestos no Brasil em junho de 2013<sup>6</sup>. Também foram descartadas notas de um parágrafo, isto é, foram considerados apenas textos com características predominantes do gênero notícia/reportagem e que possuísem, no mínimo, dois parágrafos de textos grafados. Por fim, nesta triagem final, foram descartados textos qualificados como gêneros jornalísticos opinativos, a exemplo de editorial, coluna, crônica etc.

Com isso, ao final da segunda triagem, obtivemos então o *corpus* final da amostra que totalizou os seguintes montantes de matérias: O Estado de

S. Paulo, com 315; Folha de S. Paulo, com 377, e O Globo, com 272. O número (N) final da amostra foi então de 964 matérias.

## 2.2 Coleta de dados e indicadores

A coleta de informações se deu através da leitura de cada texto e preenchimento de uma Planilha Eletrônica Pré-Estruturada em SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, *software* de análises estatísticas). A planilha foi desenvolvida para que o pesquisador-leitor respondesse a algumas indagações sobre a matéria em análise através de múltipla escolha, anotações numéricas ou anotações nominais. Cada item da planilha foi projetado com o intuito de coletar informações úteis capazes de serem cruzadas e combinadas e que pudessem decompor os textos em indicadores quanti-qualitativos relevantes para compreender o modo de cobertura dos jornais sobre os protestos. Assim, três categorias de dados compuseram a planilha: (a) informações de caracterização geral da amostra, (b) indicadores qualitativos e (c) indicadores normativos. A seguir, buscaremos especificar mais detalhadamente cada uma dessas categorias e clarear os principais parâmetros de coleta de dados adotados em seus respectivos itens.

**a. Informações de caracterização geral** – este grupo de informações procurou traçar aspectos menos conceituais e mais descritivos sobre a amostra. É um tipo de dado útil para ser combinado com outras informações durante a análise, mas que não

---

gênero opinativo. Nestes casos, somente a segunda triagem avaliou se predominavam os gêneros opinativos ou se prevalecia o formato de gênero informativo (notícia/reportagem) no texto. Aqueles identificados como gêneros opinativos foram descartados somente nesta triagem.

<sup>6</sup> Por exemplo, matérias que tratavam apenas dos protestos na Turquia foram descartadas a não ser que fizessem alguma relação direta entre a onda dos protestos turcos com os protestos brasileiros.

Quadro 1. **Itens de caracterização geral da amostra**

Link da matéria	Endereço eletrônico da matéria na <i>web</i> . Serve como referência para nomear cada matéria, já que os <i>links</i> são nomações específicas.
Data	Temporização da matéria, isto é, dia/mês/ano da publicação do texto. Possibilita situar cada matéria em seu devido contexto cronológico.
Assinatura em matérias	Caracterização quanto à autoria do texto em duas tipificações: com assinatura do repórter ou sem assinatura do repórter. Matérias assinadas como “da Redação”, “da Sucursal”, “da Agência de notícias” são enquadradas neste último tipo.
Título	Identificação se na amostra analisada preponderam matérias que citam termos diretamente vinculados aos protestos em seus títulos (manchetes). Além da própria palavra “protestos”, expressões como “manifestação”, “manifestante”, “ato”, “passeata”, “greve”, dentre outras, foram consideradas termos correlatos aos protestos.
Foco de cobertura	Caracterização se o texto consiste em uma matéria com foco na cobertura descritiva das manifestações ou se consiste em matérias de repercussão ou de interpretação que tratam do tema “protesto” mas que não estão necessariamente descrevendo o ato em si.

sustenta valorações em si, tal como ocorre nos indicadores qualitativos e normativos. No **Quadro 1**, temos uma síntese dos itens pesquisados nesta categoria e algumas direções metodológicas adotadas durante a coleta.

Notemos que são, na verdade, informações im-

prescindíveis na tabulação final dos dados, pois, além de traçarem um perfil da amostra, possibilitam contextualizar determinadas informações.

**b. Indicadores qualitativos** – indo além da caracterização geral, os indicadores qualitativos tratam de identificar as formas de valoração apor-

tadas aos atores em suas ações durante os protestos. **No Quadro 2**, temos uma síntese dos itens que compõem este tipo de dado coletado.

Importante notar que o conjunto de indicadores não atribui necessariamente ao jornal (ou ao repórter) a qualificação imputada. Significa que a

descrição contida nos textos traz vinculações diretas destas ações a conotações positivas, negativas ou indistinguíveis nos casos de ambiguidade ou ausência de termos claramente qualificadores. Em alguns casos, o uso de termos positivos ou negativos pode não estar na descrição do repórter,

---

## Quadro 2. **Indicadores qualitativos**

---

### **Utilização de termos qualificativos nas manchetes**

Visa identificar se os títulos das matérias vinculam os protestos a termos claramente positivos ou claramente negativos. Consideraram-se apenas palavras que denotam claramente uma dimensão positiva ou negativa. Por exemplo, manchetes como “Artistas apoiam protestos”, “Passeata pacífica marca manifestação”, “Protestos são típicos das democracias, diz ministro”, “Protesto termina em festa” etc foram consideradas positivas. Manchetes como: “Governador condena protestos”, “Protesto acaba em pancadaria e quebra-quebra na Paulista”, “Protestos trazem atos de vandalismo”, “Manifestantes invadem Assembleia” foram consideradas como títulos negativos.

### **Retratação de atores em ações positivas**

Qualificação de ações quando os atores provocam situações de cunho claramente positivo, tais como “manifestação pacífica”, “direito de protestar”, “ação em prol da cidadania”, “importância da mobilização para a democracia”, “policiais cumprindo o dever de proteger os bens públicos”, “policiais realizando o trabalho de contenção natural e eficiente das manifestações”, “policiais usando a força, mas em legítima defesa contra ataques sofridos”. Exemplos: “ontem ocorreu uma manifestação pacífica”, “...os protestos são combustível para a democracia”, “manifestantes protestam com festa e recebem apoio de moradores”, “...os policiais conseguiram conter os manifestantes evitando assim danos no prédio histórico”, “...para o governador, os policiais agiram de forma correta e cumpriram o seu dever” etc.

---

e sim na fala de uma das fontes ouvidas. Quando falamos em indicadores qualitativos significa observar estas qualificações que aparecem no texto, independentemente se são atribuições dadas pelo repórter ou por fontes por ele reportadas.

Também vale frisar que a qualificação em termos

“positivos” e “negativos” pode acarretar em um julgamento que pode mudar para subjetividade de quem analisa. Para minimizar esta questão, buscou-se traçar de forma objetiva quais situações e termos podem ser qualificados positivamente e negativamente. Os pesquisadores tive-

### **Retratação de atores em ações negativas**

Qualificação de ações dos atores quando estes provocam situações de cunho claramente negativo, tais como violência não justificada, intolerância ou provocação, transtorno no cotidiano, distúrbio na ordem, depredação e danos materiais. Exemplos: “os protestos terminaram em atos de vandalismo...”, “manifestantes causam depredação no centro de São Paulo”, “o prefeito condenou os ataques dos manifestantes à sede da Prefeitura”, “... manifestação paralisa trânsito em São Paulo”, “segundo o morador, os policiais atacaram os manifestantes que faziam um protesto pacífico”, “... a jornalista, que foi atingida por uma bala de borracha, afirmou que o policial mirou em sua direção de modo proposital mesmo sabendo que era um profissional de imprensa” etc.

### **Atribuição do estopim da violência**

Qualificação sobre quem foi o incitador de ações violentas durante as manifestações. Este item responde se os manifestantes ou policiais são claramente apontados como a parte que gerou o estopim da violência. Exemplos: “...os policiais reagiram aos ataques dos manifestantes” (neste caso, a palavra “reagir” coloca os manifestantes como elemento iniciador da violência), “...o ato estava pacífico até que os policiais jogaram bombas de efeito moral nos manifestantes”, “os manifestantes provocaram a PM jogando latas de lixo e bombas caseiras” etc.

ram o cuidado de anotar apenas as menções que trazem claramente uma conotação negativa ou positiva, marcado como “indistinguível” em caso de dúvidas<sup>7</sup>.

**c) Indicadores normativos** – por fim, o terceiro grupo de itens que constituíram a Planilha de Coleta de Dados tratou dos elementos deontológicos da prática jornalística, ou seja, de algumas das principais prescrições amplamente reconhecidas pela profissão que dizem respeito à qualidade e ao cumprimento do papel social deste segmento. O **Quadro 3** traz um panorama dos itens que compuseram estes indicadores e como foram aplicados durante a coleta de dados.

Os indicadores normativos estão baseados em princípios canônicos que foram sedimentados na prática jornalística principalmente a partir do

7 Por exemplo, se o título da matéria é “Manifestantes invadem Assembleia”, considera-se que o termo “invadir” é claramente negativo. Já na manchete “Manifestantes fecham Av. Paulista”, “fechar” não é considerado um termo negativo nem positivo, sendo assim grafado como título “indistinguível”. Pegando o caso deste último exemplo, esta terá o título marcado como “indistinguível”, mas, se no corpo do texto a matéria falar que houve congestionamento e confusão no trânsito na cidade devido aos protestos, será marcada a opção de “ação negativa da manifestação”, na forma de “transtorno no cotidiano”.

---

### Quadro 3. **Indicadores normativos**

---

#### **Quantitativo de fontes ouvidas**

Número de fontes com fala direta ou indireta citadas nas matérias, com categorização por quantidade de fontes. Considerou-se “fala direta” o uso integral de trecho de uma fonte (indivíduo, organização ou documento), isto é, o chamado “uso de aspas”. Considerou-se “fala indireta” apenas quando o repórter afirma claramente que o trecho se refere ao que a fonte o informou. Geralmente as citações indiretas estão seguidas por expressões como “segundo o governador os protestos são...”, “de acordo com os organizadores, a manifestação seguirá pela rua...”, “O Metrô de São Paulo informou que as estações foram depredadas...”, “Para o secretário de segurança protestos de ontem...”; “O Movimento Passe Livre afirmou ontem em nota que os protestos irão continuar até que a tarifa...” etc.

---

---

### **Tipos de fontes ouvidas**

As fontes foram identificadas a partir de perfis de agrupamentos como “manifestantes”, “organizações civis e movimentos sociais”, “Poder Executivo”, “Poder Legislativo”, “Forças coercitivas”, “Ministério Público”, “Organismos internacionais”, “personalidade artística ou desportiva”, “Político vinculado ou não a mandato” etc. Cada vez que ocorreu uma fala direta ou indireta de uma fonte na matéria, isto foi contabilizado no perfil condizente.

### **Mediação da fala dos atores principais envolvidos**

Verificou-se como a cobertura mediou a fala de três macrocategorias de atores: (1) manifestantes, organizações civis, movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; (2) autoridades governamentais, policiamento e políticos; (3) outros atores não envolvidos diretamente nos protestos como morador, comerciante, transeunte, especialistas etc.

---

### **Cumprimento do princípio do contraditório**

Nas matérias que constavam acusações, verificou-se se a parte acusada foi ouvida cumprindo ou não o princípio do contraditório.

### **Veiculação da reivindicação dos atos**

Nas matérias com foco descritivo na cobertura das manifestações, verificou-se se a reivindicação ou as reivindicações dos manifestantes foram mencionadas. Paralelamente, buscou-se identificar se a menção utilizou algum tipo de termo para qualificar positivamente ou negativamente a reivindicação.

---



século XIX, com a emergência do chamado “Novo Jornalismo” (Traquina, 2005). Isto também está demarcado nos princípios deontológicos da profissão que, no Brasil, estão consolidados no Código de Ética dos Jornalistas (FENA), 2007). Por exemplo, dar voz ao maior número de fontes possíveis e cumprir o princípio do contraditório significa atentar ao artigo 12 deste documento, no qual se afirma que o jornalista deve

*[...] ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas (p.3).*

Ao mesmo tempo, ouvir as reivindicações que movem as manifestações significa divulgar os fatos e as informações de interesse público e lutar pela liberdade de pensamento e de expressão, confor-

me estipulam os parágrafos I e II do artigo 6º.

Vale ressaltar um cuidado metodológico adotado em todo o processo de coleta de dados: o mecanismo de *double check*, isto é, dupla checagem. Cada matéria foi aplicada por um pesquisador, mas “confirmada” por outro que avaliou se a primeira coleta realizada estava correta. Os casos de dúvidas foram marcados e discutidos entre os pesquisadores, sendo preenchidos posteriormente, após a confirmação sobre a forma mais adequada de preenchimento.

Por fim, o processo de coleta de dados ocorreu nos seguintes termos: em fevereiro e março de 2014, foram realizadas as primeiras aplicações piloto para testes e correções da ferramenta de coleta de dados. As aplicações finais, já com a versão definitiva da planilha, ocorreram entre abril e setembro de 2014. Os dados foram analisados e tabulados entre setembro e novembro de 2014.

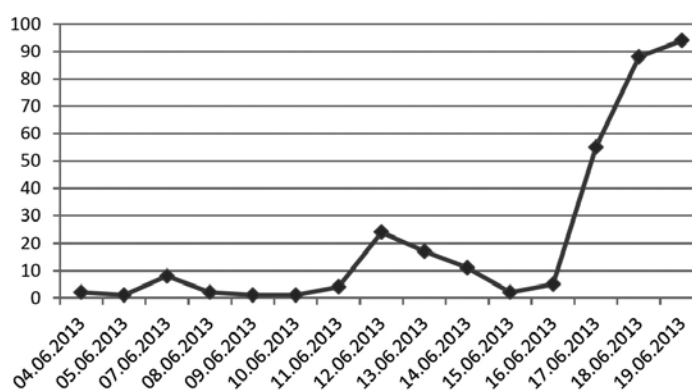
## 3.

## Análise descritiva da cobertura do O Estado de S. Paulo

### 3.1 Caracterização da amostra

No jornal O Estado de S. Paulo o universo de análise foi de 315 matérias, que compreende o conjunto de textos no formato de notícia publicados entre os dias 1º e 19 de novembro de 2013. Para iniciarmos a análise de aspectos mais gerais, o **Gráfico 1** traz o volume de matérias publicadas, distribuindo-as no período de análise da pesquisa:

Gráfico 1. **Matérias publicadas no decorrer do período analisado - O Estado de S. Paulo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=315 / Dias - N=19)

Nota-se que, primeiramente, há um crescimento muito sutil no dia 7 de junho (fase de eclosão dos protestos). Em seguida, há dois picos mais expressivos: nos dias 12 e 13 de junho (fase de expansão) e entre os dias 17 e 19 (fase de difusão).

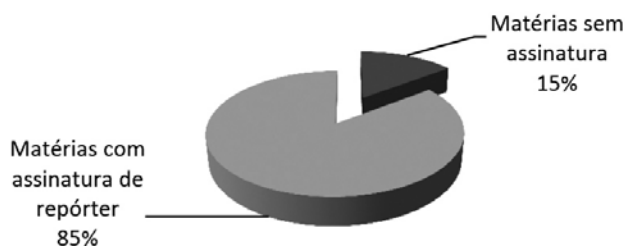
Outro item de descrição geral diz respeito à proporção entre matérias assinadas e não assinadas. As matérias do O Estado de S. Paulo são, preponderantemente, assinadas por repórteres. Como demonstra o **Gráfico 2**, 85% dos textos possuem assinatura e 15% não são assinados ou possuem apenas assinaturas genéricas (como “da Redação” ou apenas com o nome do jornal).

Outro elemento de caracterização geral útil para entendermos a dinâmica geral das publicações diz respeito à proporção entre “matérias com foco na cobertura descritiva de um ato” e “matérias sem foco descritivo”. No caso do O Estado de S. Paulo, 39% das matérias possuem foco descritivo em um ato (ou seja, trazem a cobertura ou relato de

uma manifestação, um protesto, um ato público) enquanto os outros 61% comportam matérias de repercussão ou mais analíticas sobre os eventos.

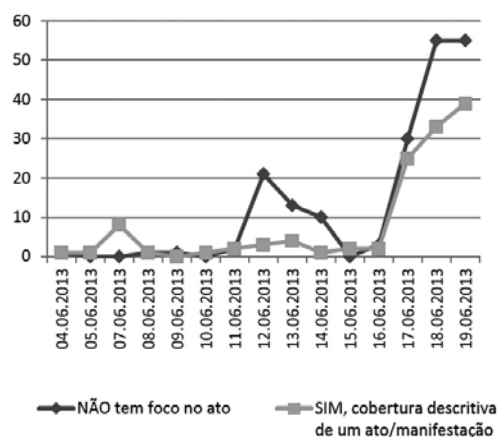
Como se pode notar no **Gráfico 3**, o único momento em que o número de matérias com foco descritivo ultrapassa as que não possuem este tipo de ênfase é justamente no início dos protestos, quando eclodem os eventos. A partir daí, embora cresçam correlacionadas, as matérias repercussivas-interpretativas levarão vantagens em termos numéricos e isso ocorre principalmente em dois momentos: (a) entre os dias 12 e 14 de junho (em razão dos protestos do dia 13) e (b) entre os dias 17 e 19, período logo após o início da Copa das Confederações FIFA.

Gráfico 2. **Proporção de matérias assinadas por repórteres no O Estado de S. Paulo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=315)

Gráfico 3. **Matérias com foco na cobertura descritiva de um ato no período - O Estado de S. Paulo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=315 / Dias - N = 19.)

### 3.2 Indicadores qualitativos

Nesta seção, examinaremos elementos que possam nos dar um panorama sobre os modos de qualificação dos eventos e seus atores (manifestantes e autoridades/policiais) nos textos publicados. Conforme explicado no capítulo *Parâmetros metodológicos*, serão analisados quatro indicadores: (a) a utilização de termos qualificativos nas manchetes, (b) a retratação de atores em ações positivas, (c) retratação de atores em ações negativas e (d) a atribuição do estopim da violência.

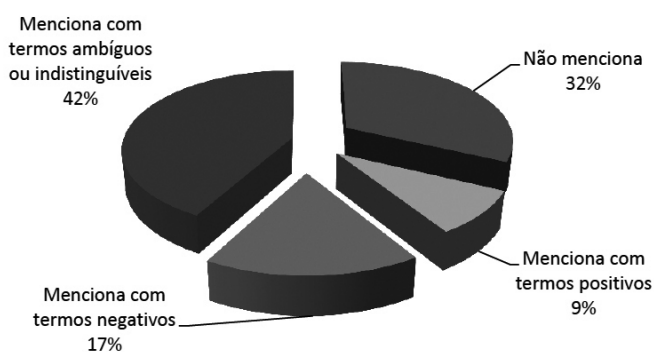
Quanto à manchete utilizada nas matérias, no caso do jornal O Estado de S. Paulo, 32% não trazem menções diretas aos protestos nos seus

títulos; 42% mencionam com termos ambíguos ou indistinguíveis; 17% com termos negativos e apenas 9% com termos positivos, conforme demonstra o **Gráfico 4**.

Para termos uma visão mais específica, convém separar apenas as matérias que fazem alguma menção valorativa no título (N=82). Os dados demonstram que, quando houve alguma qualificação no título em referência aos protestos ou aos manifestantes, predominam as menções com termos negativos (66%), como aponta o **Gráfico 5**.

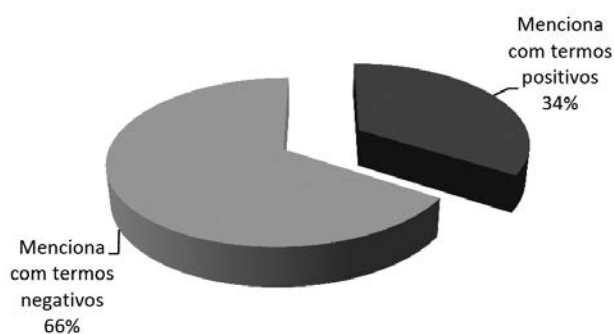
Indo além da manchete e analisando o texto como um todo, convém agora examinar como a ação dos atores é qualificada nas matérias. Primeiramente,

Gráfico 4. **Menções diretas aos protestos nas manchetes de matérias do O Estado de S. Paulo**



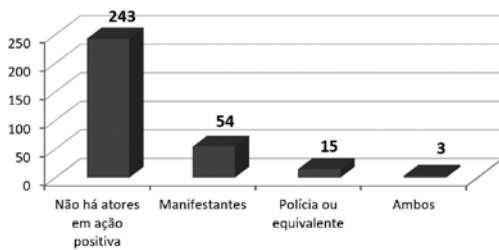
(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=315)

Gráfico 5. **Utilização de termos positivos ou negativos nas manchetes de matérias que trazem expressão valorativa direta no título – O Estado de S. Paulo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o recorte de matérias com termos qualitativos na manchete - N=82)

Gráfico 6. **Matérias com atores em ação positiva – O Estado de S. Paulo**



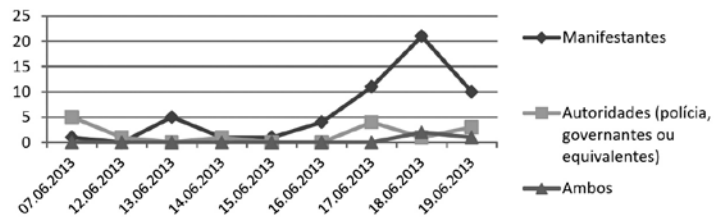
(Unidade: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=315)

analisemos de que forma se qualifica a ação dos atores, ou seja, de que modo aparecem nas matérias em ação positiva ou negativa.

Apenas 23% das matérias do O Estado de S. Paulo analisadas trazem atores em ação positiva e os outros 77% (243 de 315 matérias) não fazem qualificação direta. Ao isolarmos apenas as matérias que fazem qualificação positiva da ação dos atores (N=72), o **Gráfico 6** demonstra que 75% dos textos (54 de 72 matérias) retratam manifestantes em ação positiva, 21% (15 de 72 matérias) descrevem apenas autoridades/policiamento em ação positiva e os 4% restantes retratam ambos (manifestantes e autoridades/policiamento) em ação positiva.

Em síntese, podemos interpretar esses números da seguinte forma: cerca de 2/3 das matérias do O Estado de S. Paulo não trazem qualificações positivas diretas das ações dos atores. Logo, o tom geral da cobertura tendeu a não trazer conotações

Gráfico 7. **Matérias com autores em ação positiva no período – O Estado de S. Paulo**



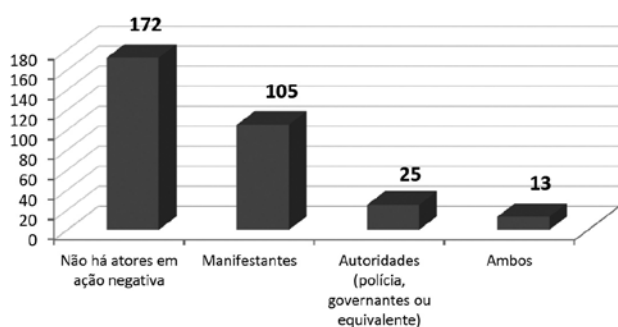
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de notícias com atores em ação positiva - N=72 / Dias - N=19.)

claramente positivas às ações desses atores (sejam manifestantes ou policiais/autoridades). Por outro lado, nos outros 1/3, quando ocorre uma qualificação positiva da ação de um ator, predomina a ação positiva dos manifestantes.

Se olharmos a publicação dessas matérias na linha do tempo, conforme demonstra o **Gráfico 7**, podemos notar que, no início dos protestos, as autoridades/policiamento aparecem com maiores menções de ação positiva.

Notemos que ocorre uma inversão a partir do dia 13 de junho, quando as autoridades/policiamento deixam de ter menções positivas quanto às suas ações e crescem as qualificações positivas dos atos dos manifestantes. Nos dias 17 e 18 (período da Copa das Confederações), está o maior volume de matérias com termos positivos para qualificar a ação dos manifestantes.

Gráfico 8. **Matérias com atores em ação negativa – O Estado de S. Paulo**



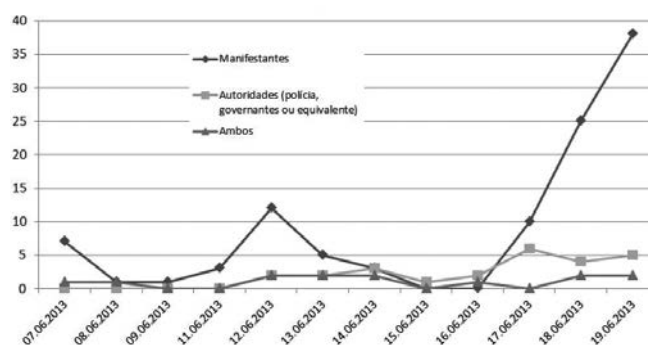
(Unidade: quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=315)

Se, por um lado, este é o cenário de qualificação da ação dos atores em termos positivos, averiguemos agora como a ação desses atores é valorada em termos negativos. O **Gráfico 8** traz um panorama deste indicador:

No total da amostra do O Estado de S. Paulo, 54,6% das matérias não retratam atores em ação negativa (boa parte destas matérias não possui foco na cobertura descritiva das manifestações). Cerca de 33% se referem às ações negativas dos manifestantes, 8% à ação negativa das autoridades e 4% a ambos (manifestantes e autoridades) simultaneamente. Ao separarmos apenas as matérias que trazem qualificações negativas das ações de alguns dos atores, percebe-se que as matérias com ações negativas de manifestantes constituem 73% deste grupo.

Ao recortarmos apenas o grupo de matérias com atores em ação negativa (N=145) e colocá-las sob a

Gráfico 9. **Matérias com atores em ação negativa no período – O Estado de S. Paulo**

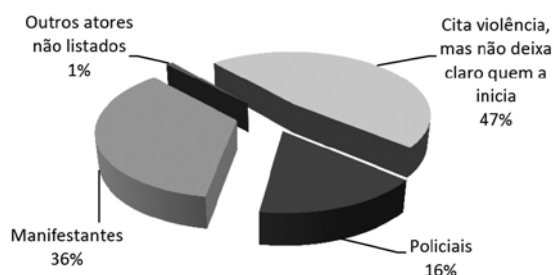


(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de matérias com atores em ação negativa - N=145 / Dias - N= 19 .)

linha do tempo, veremos que há dois picos importantes: um no dia 12 de junho (principalmente retratando um grande protesto em São Paulo que terminou em confronto na região da Avenida Paulista) e outro no dia 16 de junho (outra onda de protestos diante do início da Copa das Confederações FIFA), conforme demonstra **Gráfico 9**.

Se observarmos atentamente o gráfico anterior (**Gráfico 9**), é possível perceber que as autoridades só aparecerão em ação negativa em volume equiparado aos manifestantes nos dias 8, 9, 14, 15 e 16 de junho – ainda assim, em um quantitativo baixo de matérias. O volume de matérias que retratam os manifestantes em ações negativas fica mais expressivo no dia 12 de junho (que antecede grandes protestos do dia 13) e, de modo ainda mais substancial, a partir do dia 17 de junho (quando aumentam os protestos com o início da Copa das Confederações FIFA).

Gráfico 10. **Identificação do estopim de conflitos em matérias que descrevem ações violentas – O Estado de S. Paulo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o recorte de matérias que descrevem ações violentas . N=110)

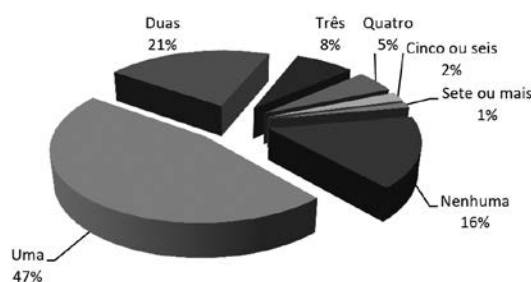
Outro item estudado tratou de identificar quais são os atores que as matérias apontam como a parte incitadora da violência, isto é, o estopim do conflito entre manifestantes e policiais. Ao separarmos apenas as matérias que descrevem atos violentos durante os protestos (N=110), o **Gráfico 10** demonstra que 47% deste conjunto cita violência, mas não deixa claro quem a provoca, 36% atribui o estopim da violência aos manifestantes e 16%, aos policiais.

De outro ângulo, dentre as matérias que identificam textualmente o estopim da violência, cerca de 70% a atribuem aos manifestantes e 30%, aos policiais.

### 3.3 Indicadores normativos

Avançando agora para uma análise de indicadores normativos da prática jornalística, nesta seção discutiremos os dados sobre quantitativo de fontes

Gráfico 11. **Proporção de matérias com falas diretas ou indiretas mencionadas por quantidade de fontes – O Estado de S. Paulo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o universo total a amostra. N=315)

ouvidas, tipos de fontes ouvidas, cumprimento do princípio do contraditório e veiculação da reivindicação dos atos.

Ao observarmos a quantidade de fontes que são mencionadas com fala direta ou indireta nas matérias do jornal O Estado de S. Paulo, o **Gráfico 11** demonstra que 16% das matérias não trazem fontes mencionadas com falas (fala direta e indireta). Quase a metade das publicações (47%) menciona apenas uma fonte no texto, 21% referem-se a duas fontes, 8% aparecem mencionando três fontes e 5% trazem quatro fontes.

Levando-se em conta que não se trata de notas, mas de matérias, e que o tipo de fato coberto exige que se ouça um número razoável de fontes para se ter melhor dimensão das vozes que compõem os eventos, podemos afirmar que isso significa uma deficiência do ponto de vista normativo. Notemos que apenas 16% das matérias fazem menções de falas diretas ou

indiretas de três ou mais fontes (sendo que metade disso, apenas 8%, com mais de quatro falas).

Ao somarmos as matérias sem fonte citada com aquelas que trazem apenas uma fonte, temos uma parcela significativa: 63% do total. Ao separarmos o grupo de matérias com apenas uma fonte, percebeu-se que, em quase metade delas (47,6%), os atores que têm sua fala mais reportada são autoridades governamentais/forças coercitivas. Manifestantes aparecem como fonte única em apenas 8% das matérias. Se incluirmos aí organizações

civis e movimentos sociais no mesmo grupo dos manifestantes, este número fica em 18,2%. Outros atores fora do protesto (como transeuntes, moradores, especialistas, comerciantes, personalidades etc.) aparecem em 34,2% das matérias com falas únicas. Ou seja, 82% das matérias com falas diretas ou indiretas de fontes únicas não trazem a voz dos manifestantes nem de organizações civis: prevalece a voz institucional, num primeiro plano, e a voz de fontes tangenciais aos protestos, no segundo plano. Manifestantes ou organizações civis ficam em terceiro plano em matérias de fonte única.

Tabela 1. **Fontes citadas (citação direta ou indireta) – O Estado de S. Paulo**

Poder Executivo (titulares)	122
Indivíduo (manifestante)	90
Indivíduo fora do protesto (personalidades artísticas, desportivas etc.)	62
Forças coercitivas (polícia militar, polícia civil e outras)	58
Movimentos sociais, ONGs e sindicatos de trabalhadores	44
Organização de mídia/ jornalistas	31
Poder Legislativo (titulares)	21
Político (vinculado ou não a partido)	20
Especialista (universidade, centro de pesquisa)	14
Empresas ou associações empresariais	9
Organismo internacional	8
Advogado ou defensor público	5
Partido político	5
Ministério Público	2
Poder Judiciário (juízes, magistrados)	2
Outros não listados	2

(Unidade: quantidade de menções com fala direta ou indireta. N=495)

Retornando ao conjunto total das matérias e analisando as fontes mais citadas no todo (não apenas em matérias de fonte única), a **Tabela 1** traz um panorama dos atores mais citados (falas diretas e indiretas) em microcategorias.

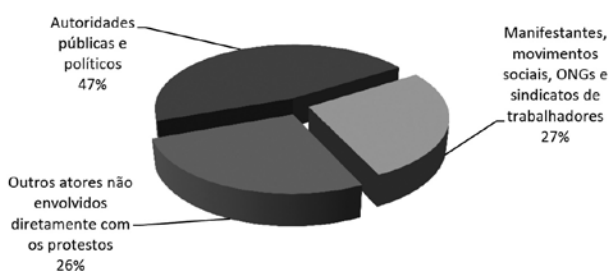
Aglutinando esses dados em três macrocategorias de atores (manifestantes, autoridades e fontes fora do protesto), o **Gráfico 12** demonstra que quase a metade das falas (47%) é de autoridades e políticos. Os manifestantes correspondem a 27% das fontes com citação direta ou indireta e os outros 26% são de outras fontes.

Ou seja, 73% do total das matérias não trazem citações diretas nem indiretas de manifestantes ou movimentos sociais. Dos 27% de matérias que citam manifestantes/organizações civis, 25% são falas diretas (com aspas) e 3% indiretas, como demonstra o **Gráfico 13**.

Saindo da análise das fontes e suas falas, outro item central na perspectiva deontológica do jornalismo diz respeito ao chamado princípio do contraditório, isto é, a obrigação normativa do jornalismo de ouvir as partes de uma questão e dar voz àqueles que são acusados ou que estão em posição de divergência. Cerca de 42% das matérias do O Estado de S. Paulo trazem algum tipo de acusação ou divergência. Pegando este grupo (N=132), o **Gráfico 14** demonstra a ocorrência de matérias que trazem divergências/acusações e como o contraditório é retratado em relação às partes em conflito.

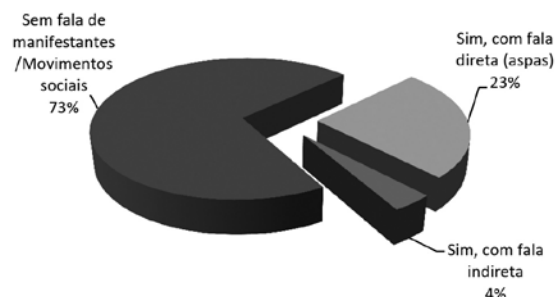
O **Gráfico 14** demonstra que apenas 18% das matérias que trazem acusações/divergências ouvem as partes em conflito e cumprem este preceito normativo. As outras 82% violam este princípio, sendo que os atores mais acusados e menos ouvidos são os manifestantes (mais da metade deste grupo de matérias, 55%).

Gráfico 12. **Três macrocategorias de fontes citadas – O Estado de S. Paulo**



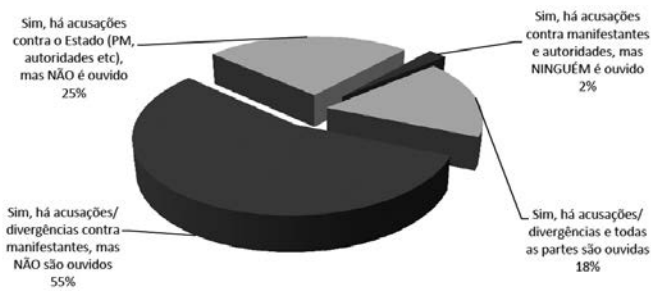
(Unidade: pontos percentuais sobre o número de menções de falas diretas e indiretas. N=495)

Gráfico 13. **Proporção de matérias que trazem fala direta ou indireta do manifestante – O Estado de S. Paulo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o universo total da amostra. N=315)

Gráfico 14. **Matérias com divergências ou acusações e o princípio do contraditório – O Estado de S. Paulo**

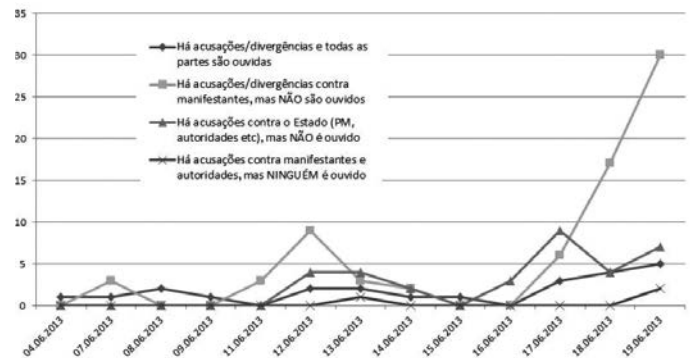


(Unidade: pontos percentuais sobre o universo de matérias com divergências/acusações. N=132)

Ainda sobre o mesmo item, o **Gráfico 15** demonstra a ocorrência de matérias que trazem divergências/acusações, colocando como o contraditório é retratado numa trajetória cronológica.

É possível perceber que há uma correlação direta entre volume de matérias publicadas e volume de matérias com acusações/divergências contra manifestantes sem que sejam ouvidos. Também podemos notar que o número de matérias com acusações/divergências contra manifestantes e sem ouvi-los prevalece em todo o período. Há duas brevíssimas exceções: nos dias 8 e 9 de junho, quando ocorrem 3 matérias que ouvem todas as partes (que na verdade constituem o universo das matérias deste dia) e nos dias 17 e 18 quando o número de matérias que trazem acusações contra autoridades/policimento sem dar-lhes voz aumenta em termos numéricos (12 contra 6 que acusam manifestantes sem ouvi-los e 3 que ouvem todas as partes).

Gráfico 15. **Matérias com divergências ou acusações e o princípio do contraditório sob a linha tempo – O Estado de S. Paulo**

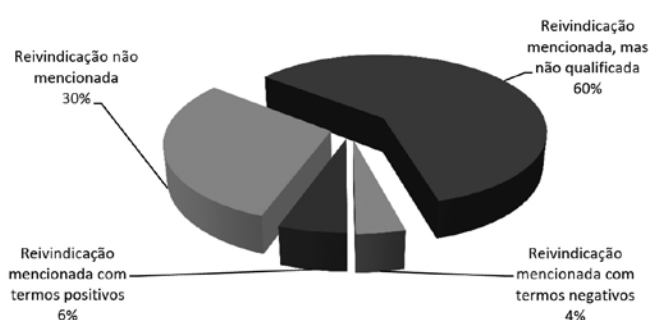


(Unidades: quantidade de matérias com acusações - N=132 / dias - N=19)

Por fim, um último indicador sobre o cumprimento de princípios normativos do jornalismo analisado trata da veiculação das vozes dos protestos na forma de reivindicação mencionada no texto. Para analisarmos se as matérias trazem ou não a reivindicação dos manifestantes e se isto é qualificado ou não, é metodologicamente correto tomarmos como base de análise apenas o grupo de matérias que tenha foco descritivo na cobertura de um ato (N=123)<sup>8</sup>. Isso porque são estas maté-

<sup>8</sup> Do total de matérias analisadas, 39% tratam da cobertura descritiva de um ato/ manifestação/ protesto. Os 61% restante referem-se a matérias de repercussão ou tangenciais, ou seja, matérias em que o

Gráfico 16. **Matérias com cobertura descritiva de um ato e a qualificação da reivindicação do protesto – O Estado de S. Paulo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o recorte de matérias com cobertura descritiva de um ato - N=123)



rias que têm a obrigação de citar a reivindicação, uma vez que tecnicamente, trata-se de responder o “por que” do fato (e do lide) que se descreve e, deontologicamente, trata-se de dar a voz a todas as partes envolvidas. Matérias que têm apenas o tópico “protesto” como temática/gancho de fundo estão menos obrigadas a mencionar a reivindicação das manifestações, embora também possam fazê-lo. Assim, o **Gráfico 16** demonstra que 60% das matérias que têm cobertura descritiva de um

protesto citam a reivindicação dos manifestantes sem qualificá-la, 30% das matérias não citam a reivindicação dos manifestantes, 6% citam a reivindicação com termos positivos e 4% com termos negativos.

O gráfico demonstra que grande parte das matérias (70%) menciona a reivindicação (ou as reivindicações) dos protestos, o que significa um razoável cumprimento deste indicador, ainda que haja 30% de matérias de cobertura descritiva de protestos que não mencionam aquilo que os protestos reivindicam. Apenas 10% das matérias trazem um juízo claro de valor, sendo 6% para menções com termos positivos e 4% com termos negativos, o que demonstra um relativo equilíbrio, prevalecendo menções sem qualificação (sejam positivas ou negativas) das reivindicações (60%).

---

protesto aparece como pano de fundo ou como referência, mas que não trazem a descrição de uma manifestação em específico.

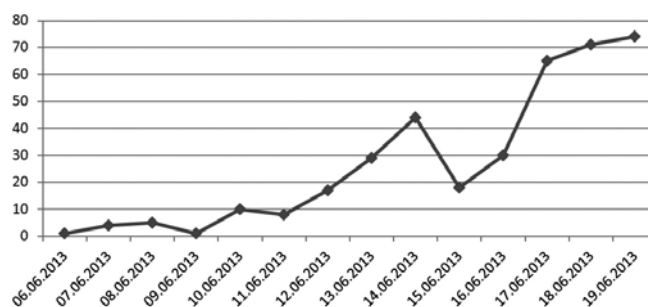
## 4.

## Análise descritiva da cobertura da Folha de S. Paulo

### 4.1 Caracterização da amostra

No jornal Folha de S. Paulo, o universo de análise foi de 377 matérias, que compreende o período de 1º a 19 de novembro de 2013. O primeiro item geral a ser analisado se refere ao volume de matérias publicadas no decorrer do período de análise. O **Gráfico 17** demonstra esta trajetória no caso do jornal Folha de S. Paulo:

Gráfico 17. **Matérias publicadas no decorrer do período analisado – Folha de S. Paulo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=377 / Dias - N =19)

Podemos perceber um gráfico de linha ascendente com três oscilações mais relevantes: a primeira no dia 10 de junho, a segunda um pouco mais acentuada entre os dias 13 e 14 de junho e um último pico entre os dias 17 e 19. É um padrão bastante parecido com o que vimos anteriormente, no caso do jornal O Estado de S. Paulo. A primeira oscilação

ocorre devido à publicação de matérias de repercussão após a eclosão dos protestos. O segundo pico se explica devido a dois tipos de textos que prevalecem: (a) matérias analíticas-interpretativas sobre os protestos anteriores e (b) análises ou relatos de protestos que ocorreram no dia 13 em São Paulo e em outras cidades. Já o terceiro pico do gráfico (mais volumoso) se refere, tal como foi no O Estado de S. Paulo, a uma onda de protestos que ocorre em várias capitais envolvendo o início da Copa das Confederações e também somam-se aí as matérias analíticas vinculando Copa e manifestações.

Um segundo item de caracterização geral estudado consiste na identificação de assinatura dos textos. Diferentemente do O Estado de S. Paulo, não prevalecem textos assinados no conjunto de matérias analisadas da Folha de S. Paulo: há uma divisão mais ou menos proporcional. Como

demonstra o **Gráfico 18**, cerca de 53% das matérias possuem assinatura, enquanto os outros 47% não são assinadas por repórteres.

Um último elemento de caracterização geral diz respeito à proporção entre “matérias com foco na cobertura descritiva de um ato” e “matérias sem foco em cobertura”. No caso da Folha de S. Paulo, cerca de 44% das matérias possuem foco descritivo em um ato (ou seja, trazem o relato de uma manifestação, um protesto, um ato público), enquanto os outros 56% comportam matérias de repercussão ou mais analíticas sobre os eventos. Podemos visualizar estas matérias sob a linha do tempo no período estudado no **Gráfico 19**.

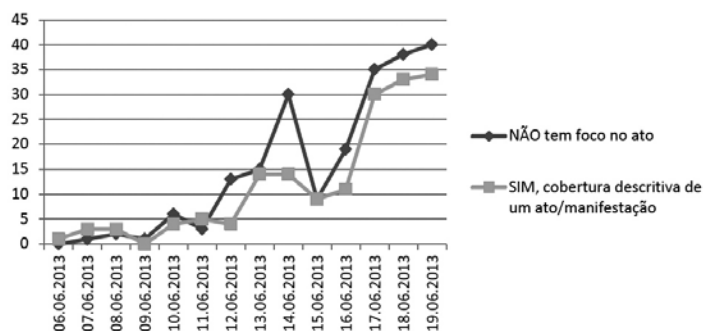
O gráfico também demonstra um padrão bastante parecido com o que vimos no O Estado de S. Paulo: uma prevalência das matérias mais descritivas-analíticas em todo o período e uma oscilação

Gráfico 18. **Proporção de matérias assinadas por repórteres - Folha de S. Paulo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=377 / Dias - N =19)

Gráfico 19. **Matérias com cobertura descritiva de um ato no período – Folha de S. Paulo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=272 / Dias - N = 19 .)

visivelmente mais acentuada entre os dias 13 e 14, o que se explica pelo aumento de matérias mais interpretativas-analíticas em torno da onda de protestos que ocorreu no dia 13.

#### 4.2 Indicadores qualitativos

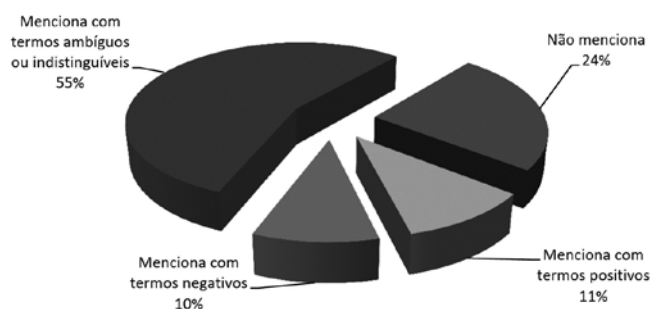
Entrando agora na análise mais qualitativa e menos descritiva, nesta seção vamos examinar os modos de qualificação dos atores (manifestantes, autoridades/policiais) nas matérias, através de itens como a utilização de termos qualificativos nas manchetes, a retratação de atores em ações positivas, a retratação de atores em ações negativas e a atribuição do estopim da violência.

Quanto à manchete utilizada nas matérias, no caso da Folha de S. Paulo, 24% não trazem menções

diretas aos protestos nos seus títulos; 55% mencionam com termos ambíguos ou indistinguíveis; 10% com termos negativos e apenas 11% com termos positivos, conforme demonstra o **Gráfico 20**.

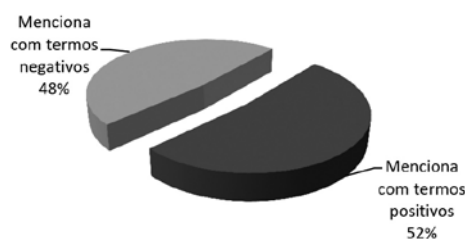
Ao separarmos apenas as matérias que fazem alguma menção valorativa clara no título (N=77), os dados evidenciam que, na Folha de S. Paulo, não houve uma preponderância de menções com termos negativos nas manchetes. Como demonstra o **Gráfico 21**, quando houve alguma qualificação clara no título, 48% destas manchetes usaram termos positivos para se referir textualmente às manifestações, enquanto 52% usaram termos negativos no título. Ou seja, uma proporção similar entre os dois polos, diferentemente do que ocorreu no O Estado de S. Paulo (que obteve 66% de manchetes negativas e 34% positivas).

Gráfico 20. **Menções diretas aos protestos nas manchetes de matérias do jornal Folha de S. Paulo**



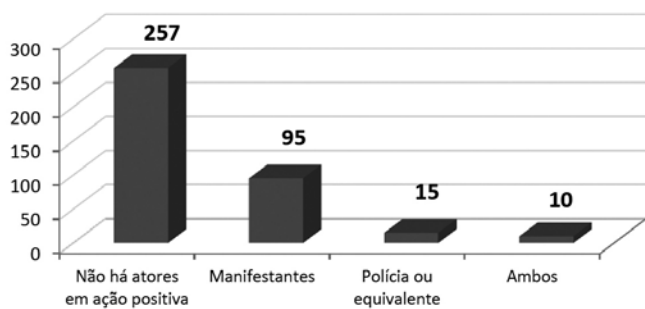
(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=377)

Gráfico 21. **Utilização de termos positivos ou negativos nas manchetes de matérias que trazem expressão valorativa direta no título – Folha de S. Paulo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o recorte de matérias com termos qualitativos na manchete - N=77)

Gráfico 22. **Matérias com atores em ação positiva- Folha de S. Paulo**



(Unidade: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=377)

Saindo da manchete e entrando no exame mais textual do conteúdo das notícias, tratemos agora de como os atores são qualificados. Primeiramente, analisemos de que forma se qualifica a ação dos atores em termos positivos. O **Gráfico 22** traz um panorama deste indicador em números absolutos.

Em termos percentuais, quanto à ação positiva de atores, no quadro geral, apenas 32% das matérias (120 do total) da Folha de S. Paulo analisadas trazem atores em ação positiva e os outros 68% (257 do total) não fazem qualificação direta.

Números similares ao caso do O Estado de S. Paulo. Ao isolarmos apenas as matérias que fazem qualificação positiva da ação dos atores (N=120), é possível perceber que 79% desses textos retratam apenas manifestantes em ação positiva, 12,5% descrevem apenas autoridades/policiamento em ação positiva e os 8,5% restantes localizam ambos

(manifestantes e autoridades/policiamento) em ação positiva.

Ao interpretar esses números podemos afirmar sinteticamente que, em semelhança ao que ocorre no O Estado de S. Paulo, menos de 1/3 das matérias da Folha de S. Paulo trazem qualificações positivas das ações dos atores. Significa dizer que o tom geral das matérias não tende a trazer conotações claramente positivas às ações de nenhum dos atores envolvidos (sejam manifestantes ou policiais/autoridades). Ao mesmo tempo, neste conjunto, por menor que ele seja, quando ocorre uma qualificação positiva da ação de um ator, predomina a ação positiva dos manifestantes. Um dado relevante no caso da Folha de S. Paulo é que, em cerca de 21% das matérias nas quais os manifestantes aparecem em ações positivas, estes também aparecem paralelamente em ações negativas (no O Estado de S. Paulo, este percentual ficou em 5%).

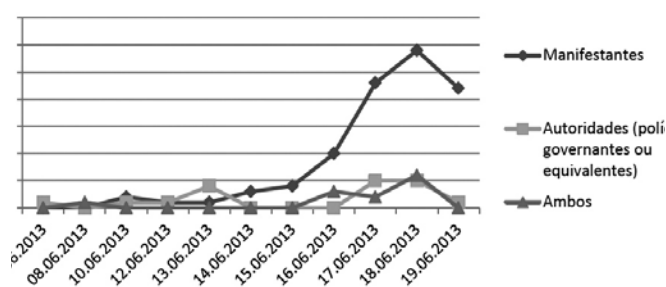
Se olharmos novamente para o grupo de matérias que trazem a ação de algum ator com termos positivos (N=120), mas desta vez na linha do tempo (**Gráfico 23**), podemos notar que na maior parte do período – do dia 1 ao dia 15 –, há uma equiparação entre a quantidade de matérias que descrevem de forma positiva as ações tanto de autoridades/policiamento quanto de manifestantes. A exceção está em dois momentos: (a) no dia 13, quando a ocorrência de matérias com menções positivas para autoridades/policiamento predomina em termos quantitativos e, de modo mais substancial, (b) entre os dias 16 e 19, quando o aumento de matérias com termos positivos atinge

maiores níveis. Com pequenas alterações, trata-se de um padrão bastante similar ao do O Estado de S. Paulo. E isso ocorre também pelas mesmas razões: devido à veiculação de matérias sobre atos organizados fora do país em apoio às manifestações e a outro conjunto de matérias que trazem menções de personalidades políticas (presidente, ex-presidentes, ministros, ex-ministros etc.), artísticas ou desportivas (como jogadores da seleção brasileira de futebol) apoiando os protestos no período, principalmente no período da Copa das Confederações. Boa parte das menções gira em torno depoimentos que trazem elogios ao direito à manifestação, à importância das manifestações pacíficas e que qualificam os protestos como atos que fazem bem à saúde democrática.

Delineado este quadro quanto à qualificação da ação dos atores em termos positivos, analisemos agora como a ação desses atores é qualificada em termos negativos. No total da amostra da Folha de S. Paulo, aproximadamente 54% das matérias trazem algum ator em ação negativa. Ao separarmos apenas as matérias que trazem algum tipo de qualificação negativa direta (seja quanto à ação de manifestantes ou autoridades), os dados do **Gráfico 24** demonstram que os atores predominantemente retratados em algum tipo de ação negativa são manifestantes (transtorno no cotidiano, distúrbio na ordem pública, violência não justificada, depredação).

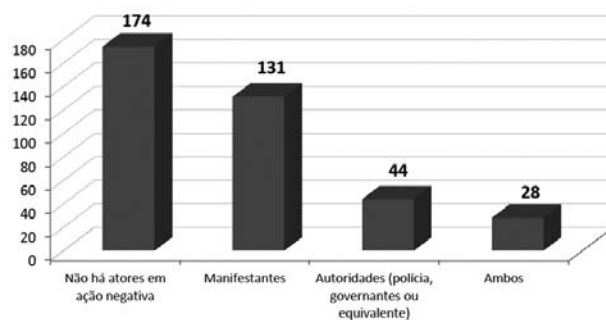
Transformando essa informação em percentuais, temos as seguintes proporções: 46% das matérias

Gráfico 23. **Matérias com autores em ação positiva no período – Folha de S. Paulo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de notícias com atores em ação positiva - N=120/ Dias - N= 19.)

Gráfico 24. **Matérias com atores em ação negativa – Folha de S. Paulo**



(Unidade: quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=377)

(174 textos) não trazem atores em ação negativa (tal como ocorre no O Estado de S. Paulo, em sua maioria são matérias sem foco na cobertura descritiva de manifestações). Outros 35% (131 matérias) trazem apenas os manifestantes em ação negativa. Autoridades/policiamento aparecerão em não mais que 11,7% das matérias. Os restantes 7,3% se referem a matérias em que ambos os atores (manifestantes e autoridades) aparecem simultaneamente em ação negativa. Ao isolarmos apenas as matérias que fazem qualificação negativa de algum ator (N=203), aproximadamente 65% se referem à ação negativa dos manifestantes contra 21,7% de matérias com ação negativa apenas de autoridades/policiamento.

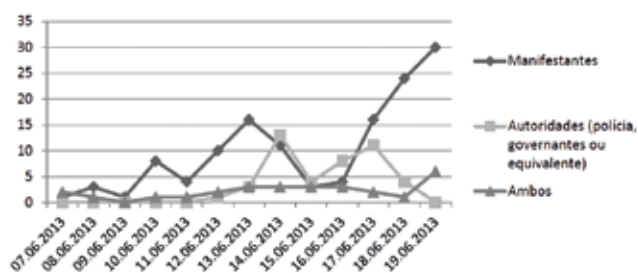
Observando esse grupo de matérias na linha do tempo, veremos que há três oscilações importantes no **Gráfico 25**: uma no dia 10 de junho (matérias de repercussão da primeira onda de

protestos), outra no dia 13 de junho (cobertura e repercussão dos protestos do dia 13 em São Paulo e em outras cidades); e uma última oscilação a partir do dia 17 (vinculada aos protestos durante a Copa das Confederações FIFA).

Nota-se que as autoridades/policiamento somente aparecerão em ação negativa em volume equiparado aos manifestantes em dois breves momentos: no dia 14 de junho e no dia 16 de junho. Padrões também bastante similares ao que ocorreu no jornal O Estado de S. Paulo.

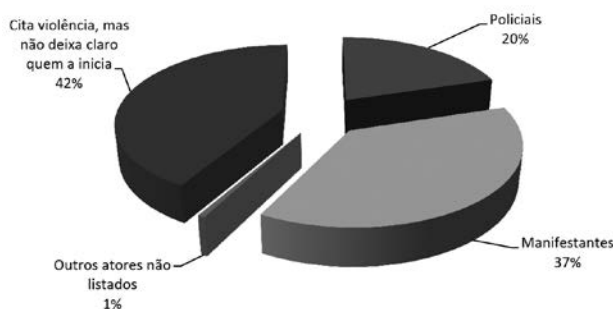
Finalizando os indicadores qualitativos, outro item estudado tratou de identificar quais atores as matérias apontam como a parte provocadora da violência. Trata-se da qualificação sobre quem foi o estopim dos atos violentos. Ao separarmos apenas as matérias que descrevem atos violentos durante os protestos, o **Gráfico 26** demonstra que

Gráfico 25. **Matérias com autores em ação negativa no período – Folha de S. Paulo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de matérias com atores em ação negativa - N=203 / Dias - N 19.)

Gráfico 26. **Identificação do estopim de conflitos em matérias que descrevem ações violentas – Folha de S. Paulo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o recorte de matérias que descrevem ações violentas. N=167)



42% deste conjunto cita violência, mas não deixa claro quem a provoca, 37% atribui o estopim da violência aos manifestantes, 20% aos policiais e os 1% restantes para outros atores não categorizados.

Ao separarmos apenas as matérias que identificam textualmente o estopim da violência, cerca de 64% a atribuem aos manifestantes, 35% aos policiais e 1% a outros atores não listados.

#### 4.3 Indicadores normativos

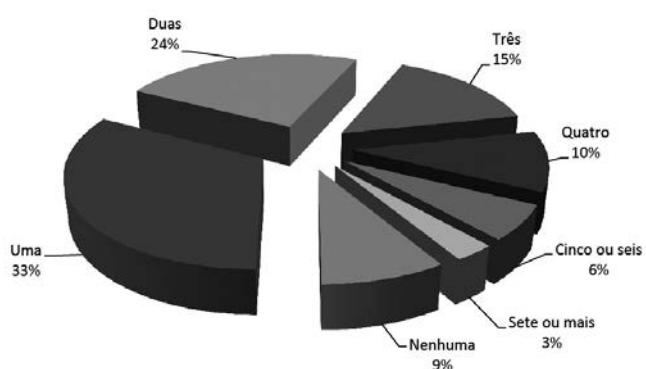
Após analisarmos os aspectos gerais de caracterização das matérias e elementos qualificadores nas

seções anteriores, nesta seção o exame será sobre indicadores normativos da prática jornalística: quantitativo de fontes ouvidas, tipos de fontes ouvidas, cumprimento do princípio do contraditório e a veiculação da reivindicação dos atos.

Ao observarmos a quantidade de fontes que são mencionadas com fala direta ou indireta nas matérias do jornal Folha de S. Paulo, o **Gráfico 27** demonstra que 9% delas não trazem fontes mencionadas com falas (fala direta e indireta). Cerca de um 1/3 das publicações (33%) menciona apenas uma fonte no texto; 24% mencionam duas fontes, 15% aparecem mencionando três fontes e 19% acima de quatro fontes:



Gráfico 27. **Proporção de matérias com falas diretas ou indiretas mencionadas por quantidade de fontes – Folha de S. Paulo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o universo total a amostra. N=377)

Matérias sem voz de fontes ou com apenas uma fonte reportada são problemáticas do ponto de vista normativo, pois não são capazes de colocar as diversas dimensões e vozes envolvidas, neces-

sárias à cobertura jornalística de eventos políticos desta natureza. A ocorrência deste tipo de matéria totaliza 42% da amostra: um número também bastante alto, embora um pouco abaixo do O Estado de S. Paulo (que chegou a 63%). Analisemos então quais são as vozes mais ouvidas em matérias de fontes únicas. Os dados demonstram que, em cerca de 51% dessas matérias, os atores mais reportados são as autoridades governamentais/policimento. Os manifestantes aparecem como fonte única em apenas 7,3% deste grupo de matérias. Ao somarmos manifestantes, organizações civis e movimentos sociais em um mesmo grupo, este número fica em 26,7%.

No plano geral, passemos agora a observar quais tipos de fontes foram mais citados nas matérias no total do *corpus* analisado. A **Tabela 2** traz a ocorrência (em números absolutos) de citação da fonte (com fala direta ou indireta).



Tabela 2. **Fontes citadas (citação direta ou indireta) – Folha de S. Paulo**

Poder Executivo (titulares)	266
Manifestante	132
Movimentos sociais, ONGs e sindicatos de trabalhadores	104
Forças coercitivas (polícia militar, polícia civil etc.)	88
Indivíduo fora do protesto (morador, artista, músico etc.)	58
Organização de mídia/ jornalistas	38
Indivíduo (personalidade artística, desportiva etc.)	30
Poder Legislativo (titulares)	16
Organismo internacional	14
Especialista, universidade, centro de educação	13
Poder Judiciário (juízes, magistrados)	13
Político (vinculado ou não a partido)	13
Partido político	11
Empresas ou associações empresariais	11
Ministério Público	9
Advogado ou defensor público	7
Outros não listados	6

(Unidade: quantidade de menções com fala direta ou indireta. N=829)

Fontes de autoridades públicas do Poder Executivo (principalmente governadores, prefeitos e respectivos secretários) são as mais citadas. Em seguida, com a metade das menções, vêm os manifestantes. Organizações civis/movimentos sociais, forças coercitivas e indivíduos fora do protesto completam o quadro dos cinco tipos de fontes mais ouvidas.

Agrupando essas fontes em três macrocategorias de atores, de acordo com seu lugar de fala em relação às manifestações, o **Gráfico 28** traz os mesmos dados a partir de outro ângulo.

Ou seja, as “autoridades públicas/políticos” detêm a metade das falas diretas/indiretas (50%) e constituem o grupo de atores mais ouvidos no conjunto de matérias analisadas. O grupo manifestantes/movimentos sociais soma 29%. Outros atores fora

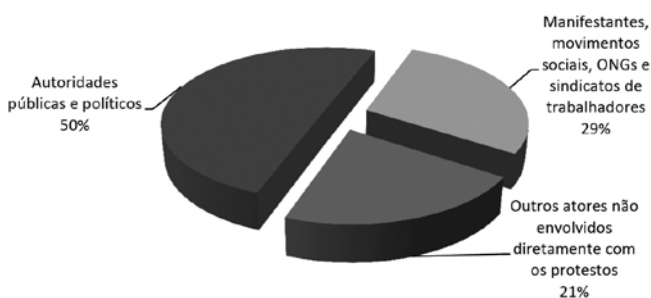
do protesto completam com 21%.

Ao examinarmos se as matérias com citação de manifestantes/movimentos sociais/ONGs/trabalhadores trazem falas diretas ou indiretas, os dados do **Gráfico 29** demonstram que 66% do total não trazem nenhuma fala deste grupo, 27% trazem falas diretas (aspas) e 7% falas indiretas.

Ou seja, o jornal ouviu manifestantes em menos de 1/3 das matérias. Neste universo diminuto, preponderam citações diretas.

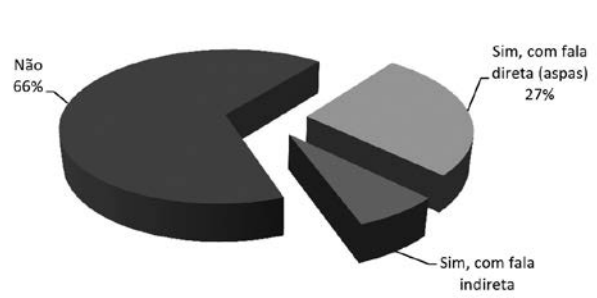
Avançando na análise dos elementos normativos, examinemos agora o princípio do contraditório, isto é, a obrigação de ouvir as partes acusadas. Os resultados demonstram que 43% das matérias da Folha de S. Paulo trazem algum tipo de acusação ou divergência. Recortando e analisando este

Gráfico 28. **Três macrocategorias de fontes citadas (citação direta ou indireta) – Folha de S. Paulo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o número de menções de falas diretas e indiretas. N=829)

Gráfico 29. **Proporção de matérias que trazem fala direta ou indireta do manifestante – Folha de S. Paulo**



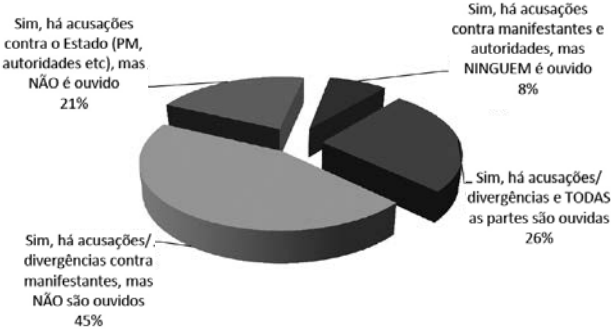
(Unidade: pontos percentuais sobre o universo total da amostra. N=377)

conjunto de textos, o **Gráfico 30** demonstra como o contraditório é retratado em relação às partes em conflito.

Apenas 26% das matérias que trazem acusações/ divergências ouvem as partes em conflito, de acordo com o que é normativamente estipulado. Grande parte das matérias não respeita o princípio do contraditório (74%). Em muitos casos, tratam-se de acusações contra manifestantes sem que estes sejam ouvidos (45%). Com a metade deste volume, em 21% as acusações são contra autoridades/ policiamento sem ouvi-los. Os 8% restantes ferem o princípio do contraditório acusando ao mesmo tempo manifestantes e autoridades sem ouvir nenhuma das partes. No **Gráfico 31**, temos esses mesmos dados colocados em uma linha cronológica.

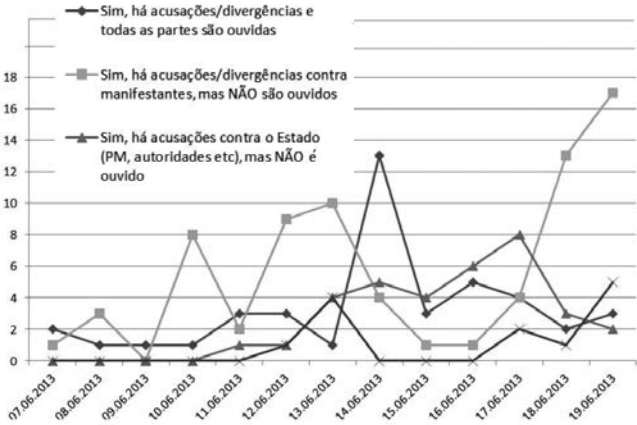
É possível perceber que o número de matérias com acusações/divergências contra manifestantes e sem ouvi-los ocorre em maior frequência nos dias 10, 12, 13 e 18 de junho (em sua maioria, dias vinculados à ocorrência de ondas de protestos). As autoridades/policiamento permanecem boa parte do tempo equiparadas ou abaixo da linha dos manifestantes. Somente nos dias 14, 15 e 16 de junho é que há um número significativo de matérias com acusações/divergências contra as autoridades sem que elas sejam ouvidas. Isto se explica também em razão do surgimento de matérias sobre atos fora do país em apoio aos protestos e matérias com personalidades artísticas que, em ambos os casos, trazem críticas à ação da Polícia Militar.

**Gráfico 30. Matérias com divergências ou acusações e o princípio do contraditório – Folha de S. Paulo**



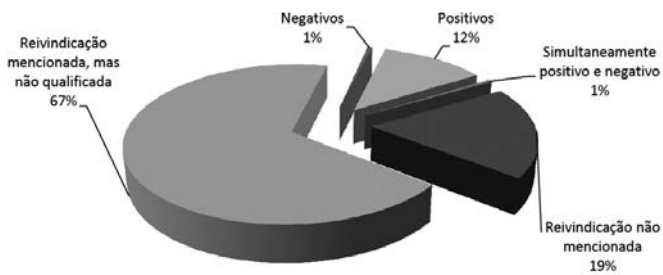
(Unidade: pontos percentuais sobre o universo de matérias com divergências/acusações. N=162)

**Gráfico 31. Matérias com divergências ou acusações e o princípio do contraditório sob a linha tempo – Folha de S. Paulo**



(Unidades: quantidade de matérias com acusações - N=162 / dias - N 19)

Gráfico 32. **Matérias com cobertura descritiva de um ato e a qualificação da reivindicação do protesto – Folha de S. Paulo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o recorte de matérias com cobertura descritiva de um ato. N=166)

Por fim, um último item sobre o cumprimento de princípios normativos consiste na veiculação das reivindicações dos manifestantes. Assim como foi feito no caso do O Estado de S. Paulo, para analisar este item, tomaremos como base apenas o grupo de matérias que tenha foco descritivo na cobertura de um ato (N=166) por estas terem mais claramente a obrigação normativa de citar a reivindicação<sup>9</sup>. O **Gráfico 32** demonstra que 67% das matérias que

têm cobertura descritiva de um protesto citam a reivindicação dos manifestantes sem qualificá-la, 19% das matérias não citam a reivindicação dos manifestantes, 12% citam a reivindicação com termos positivos e apenas 1% com termos negativos.

Quanto a este item, é possível afirmar que o fato de grande parte das matérias (81%) mencionar as reivindicações dos protestos demonstra um razoável cumprimento deste indicador, similar ao que ocorreu no O Estado de S. Paulo, ainda que haja quase 1/5 sem reivindicação mencionada. Ao mesmo tempo, quando a reivindicação foi qualificada, isso ocorreu com a utilização mais recorrente de termos positivos do que negativos.

9 Relembrando que, do total de matérias analisadas, 44% tratam da cobertura descritiva de um ato/manifestação/protesto. Os 56% restante referem-se a matérias de repercussão ou tangenciais, ou seja, matérias em que o protesto aparece como pano de fundo ou como referência, mas que não trazem a descrição de uma manifestação em específico.

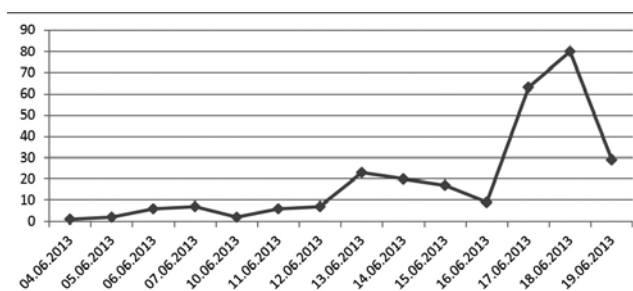
## 5.

## Análise descritiva da cobertura do O Globo

### 5.1 Caracterização da amostra

No jornal O Globo, o universo de análise foi de 272 matérias, que compreende o total de textos no formato de notícia no período estudado (1º a 19 de novembro de 2013). Começamos pela caracterização do volume de matérias publicadas no decorrer do período de estudo. O **Gráfico 33** demonstra esta trajetória no caso do jornal O Globo.

Gráfico 33. **Matérias publicadas no decorrer do período analisado – O Globo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=272 / Dias - N=19)

Também temos uma linha ascendente neste gráfico. É possível identificar três picos mais relevantes de publicações sobre os protestos. O primeiro, bem sutil, no dia 7 de junho (eclosão dos protestos). O segundo, mais significativo, entre no dia 13 de junho (segunda onda de protestos). E uma escalada com grande volume de matérias entre os dias 16 e 19 (expansão dos

protestos e Copa das Confederações). Com pequenas peculiaridades, no geral, trata-se do mesmo padrão gráfico que foi identificado nos casos do O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.

Um segundo elemento de caracterização geral consiste em verificar a proporção de matérias assinadas pelos repórteres e aquelas sem assinatura específica. Como demonstra o **Gráfico 34**, no O Globo, metade das matérias é assinada e a outra metade não tem assinatura ou possui apenas assinaturas genéricas do jornal.

No terceiro item de caracterização geral, temos a proporção entre “matérias com foco na cobertura descritiva de um ato” e “matérias sem foco em cobertura”. No O Globo, 56% das matérias possuem foco descritivo em um ato (ou seja, trazem o relato de uma manifestação, um protesto, um ato público), enquanto os outros 44% não tratam da cobertura descritiva, mas da repercussão ou

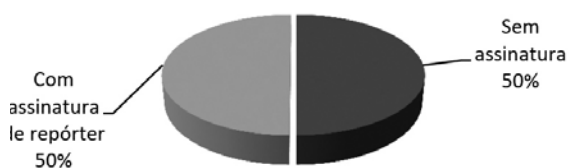
da análise dos eventos. Visto de outro modo, é possível visualizar estas publicações no decorrer do período analisado no **Gráfico 35**.

Diferentemente do que ocorre no O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, no caso do O Globo, as matérias com cobertura descritiva dos protestos preponderam em termos numéricos em praticamente todo o período, exceto no dia 14 quando as matérias mais analíticas-interpretativas (sem foco descritivo em um ato) se sobressaem.

## 5.2 Indicadores qualitativos

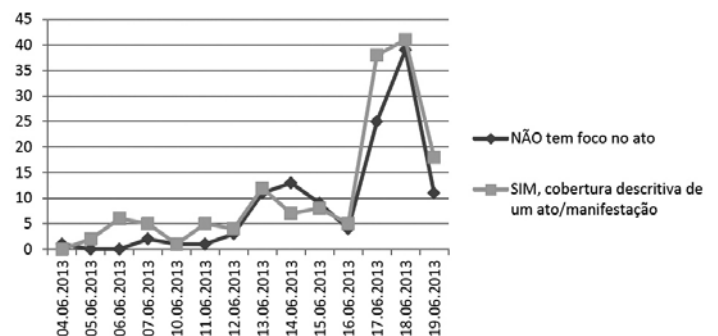
Nesta seção, a análise se concentrará na forma como as matérias do O Globo qualificaram os protestos e os atores envolvidos. Assim como ocorreu no O Estado de S. Paulo e na Folha de S. Paulo, quatro itens serão analisados aqui: (a) a utilização de

Gráfico 34. **Proporção de matérias assinadas por repórteres no jornal O Globo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=272)

Gráfico 35. **Matérias com foco na cobertura descritiva de um ato no período – O Globo**



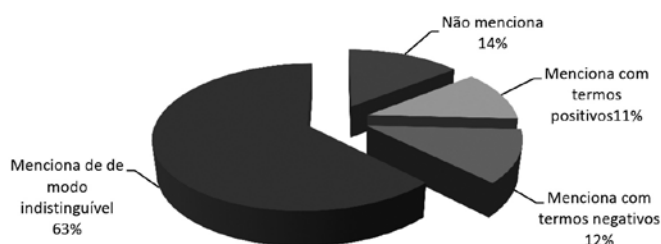
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=272 / Dias - N = 19.)

termos qualificativos nas manchetes, (b) a retratação de atores em ações positivas, (c) a retratação de atores em ações negativas e (d) a atribuição do estopim da violência.

Primeiramente, no tocante à manchete utilizada nas matérias do O Globo, 14% não trazem menções diretas aos protestos nos seus títulos, 63% mencionam com termos ambíguos ou indistinguíveis, 12% fazem referências com termos negativos e apenas 11% utilizam termos positivos, conforme demonstra o **Gráfico 36**.

Fazendo um recorte e analisando apenas as matérias que fazem alguma menção valorativa no título, os dados demonstram que, diferentemente do O Estado de S. Paulo e bem mais próximo do que ocorreu na Folha de S. Paulo, não houve uma preponderância de menções com termos negativos nas manchetes do O Globo. Cerca de 51% das

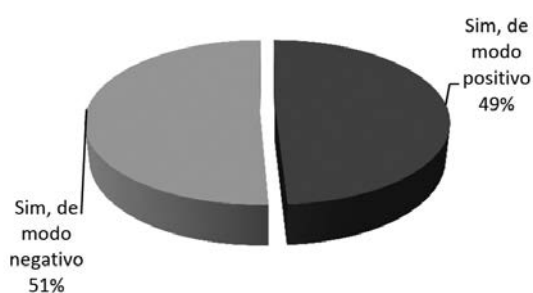
Gráfico 36. **Menções diretas aos protestos nas manchetes de matérias do O Globo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=272)



Gráfico 37. **Utilização de termos positivos ou negativos nas manchetes de matérias que trazem expressão valorativa direta no título – O Globo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o recorte de matérias com termos qualitativos na manchete - N=63)

manchetes que trazem alguma menção valorativa o fazem com termos positivos. Os outros 49% trazem termos negativos, como podemos ver no

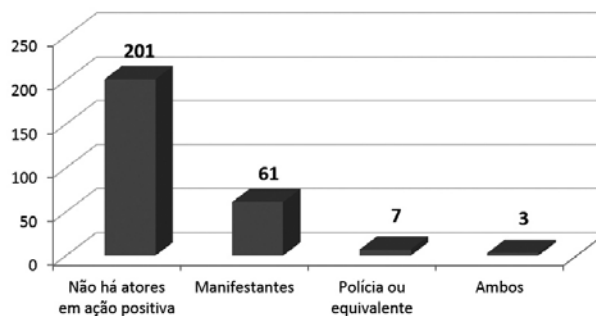
### Gráfico 37.

Analisemos agora o segundo item qualitativo: a retratação de atores em ações positivas.

O **Gráfico 38** traz o comparativo com o número de matérias publicadas, agrupando-as de acordo com o modo de caracterização da ação dos atores, tipificada através de termos utilizados com cunho claramente positivo.

Transformando esses números em percentuais, fica mais evidente que grande parte das matérias do O Globo, cerca de 74% do total, não traz atores em ação positiva. Logo, pode-se afirmar que, no caso deste jornal, também não há preponderância de qualificação em termos positivos dos protestos

Gráfico 38. **Matérias com atores em ação positiva – O Globo**



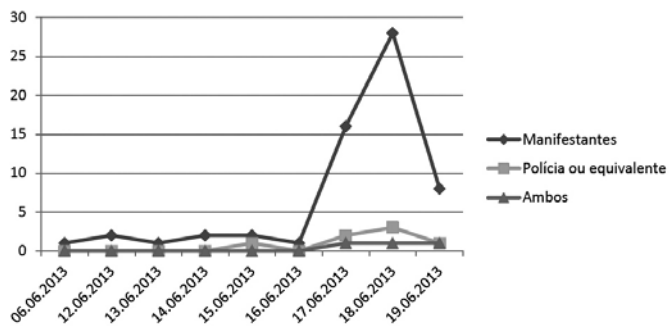
(Unidade: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=272)

e de seus atores. Na pequena parcela em que há este tipo de qualificação, os manifestantes são os atores que mais apareceram em ação positiva, com 22,5% das matérias do total da amostra. As autoridades/policiamento aparecem com 2,5% e ambos em ação positiva, com 1%.

Isolando apenas este grupo de matérias com algum ator em ação positiva e colocando estes números no plano cronológico, o **Gráfico 39** traz um panorama da ocorrência destas matérias no período.

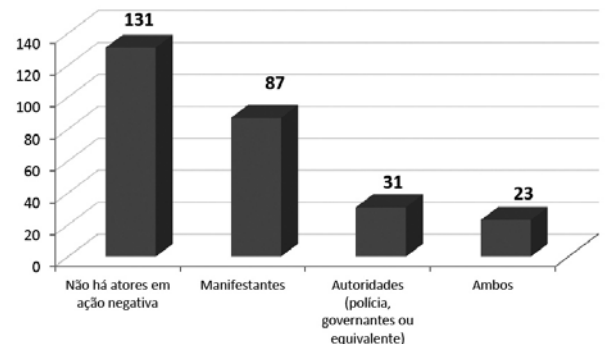
O gráfico demonstra que, durante boa parte do tempo (até o dia 16 de junho), a quantidade de matérias com manifestantes em ação positiva é equiparável à quantidade das com autoridades/policiamento em ação positiva. Ambas ocorrem em quantidades baixas (abaixo da linha de cinco

Gráfico 39. **Matérias com autores em ação positiva no período – O Globo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de notícias com autores em ação positiva - N=71 / Dias – N 19 .)

Gráfico 40. **Matérias com autores em ação negativa – O Globo**



(Unidade: quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=272)

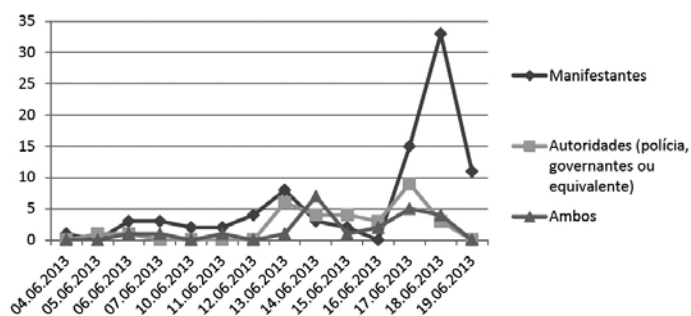
matérias/dia). Porém, notemos que há um aumento significativo das matérias com manifestantes em ação positiva nos dias 17 e 18. Ao analisarmos as publicações deste período de crescimento e pico, percebeu-se que a ocorrência de atos fora do país em apoio aos protestos e as matérias com depoimentos de apoio de personalidades artísticas e desportivas no período de Copa das Confederações correspondem à boa parte deste crescimento das menções positivas para manifestantes.

Após analisarmos a qualificação da ação dos autores em termos positivos, examinemos agora como a ação dos autores é qualificada em termos negativos. O **Gráfico 40** traz o comparativo com o número de matérias publicadas agrupando-as de acordo com o modo de caracterização da ação dos autores, tipificada através de termos utilizados com cunho claramente negativo.

Em termos proporcionais, os números indicam que 48% do total das matérias não trazem autores em ação negativa, tal como ocorre no O Estado de S. Paulo e na Folha de S. Paulo. Em sua maioria esses textos não possuem foco na cobertura descritiva de manifestações. Cerca de 32% do total de matérias trazem ações negativas para manifestantes, 11% para autoridades/policiamento e pouco mais de 8% com qualificação negativa para ambos simultaneamente. Ou seja, quando há qualificação negativa da ação de algum ator, 62% das matérias tratam especificamente de manifestantes.

Ao separarmos apenas este grupo de matérias com algum ator em ação negativa e distribuí-las no tempo, o **Gráfico 41** traz o quantitativo de textos e suas respectivas publicações no período.

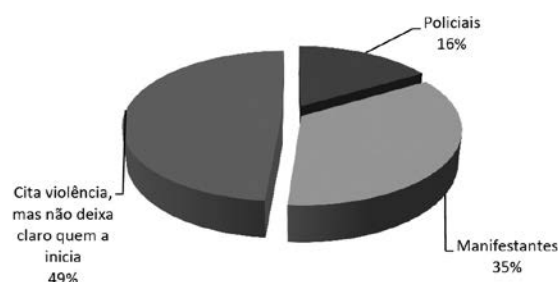
Gráfico 41. **Matérias com atores em ação negativa no período – O Globo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de matérias com atores em ação negativa - N=141 / Dias – N 19 .)

O gráfico demonstra que, durante boa parte do tempo (até o dia 16 de junho), a quantidade de matérias com manifestantes em ação negativa é superior, mas segue um padrão quantitativo relativamente similar àquelas com autoridades/policiamento em ação negativa. Nota-se, no dia 13 de junho, um aumento relativo de matérias com ação negativa (manifestantes e também autoridades/policiamento). Mas será nos dias 17 e 18 que se concentrará o maior volume de matérias com manifestantes em ação negativa. Isso se dá pelo fato de boa parte das publicações destes dois dias tratar do relato de manifestações após o início da Copa das Confederações FIFA. A ocorrência de matérias em que prevalecem as autoridades/policiamento em ação negativa é, na maior parte do tempo, inferior às matérias com manifestantes em ação negativa. A exceção é um dia: 16 de junho. Ainda assim, neste dia a diferença quantitativa é

Gráfico 42. **Identificação do estopim de conflitos em matérias que descrevem ações violentas – O Globo**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o recorte de matérias que descrevem ações violentas . N=115)

pequena (três matérias com autoridades/policiamento em ação negativa contra duas matérias em que aparecem ambos manifestantes e autoridades em ação negativa).

O último item na análise de elementos qualitativos trata da identificação dos atores apontados como o estopim ou incitador de ações violentas durante os protestos. Fazendo um recorte e analisando especificamente as matérias que descrevem atos violentos durante os protestos (N=115), os dados demonstram que 49% deste conjunto cita violência, mas não deixa claro quem a provoca; 35% atribui o estopim da violência aos manifestantes e 16%, aos policiais (**Gráfico 42**).

Se isolarmos apenas as matérias que identificam textualmente quem foi o estopim da violência, ou seja, se retirarmos as matérias que citam violência, mas não deixam claro quem a inicia, deste univer-



so recortado, cerca de 69% a atribuem aos manifestantes e 31%, aos policiais.

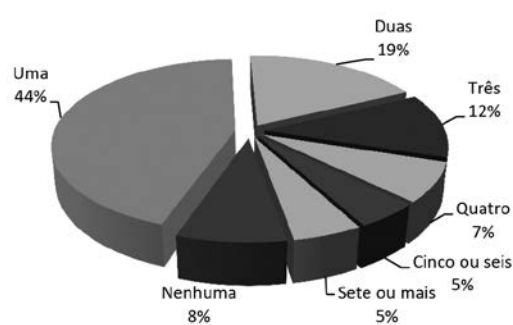
### 5.3 Indicadores normativos

Nas duas seções anteriores deste capítulo, foram descritos os aspectos gerais de caracterização (seção 5.1) e, em seguida, aspectos qualificadores da cobertura sobre os protestos. Nesta seção, passaremos a analisar os itens que se referem a questões normativas da prática jornalística, seguindo a mesma estrutura analítica dos casos anteriores (O Estado de S. Paulo e Folha).

O primeiro item normativo-deontológico analisado é relacionado à quantidade de fontes citadas em fala direta ou indireta. Os dados indicam que mais da metade das matérias do O Globo (52%)

possui uma ou nenhuma fonte citada, conforme demonstra o **Gráfico 43**. Um percentual alto que, comparativamente, está um pouco abaixo do O Estado de S. Paulo, que obteve 63%, e um pouco acima da Folha de S. Paulo, com 43%.

Gráfico 43. **Proporção de matérias com falas diretas ou indiretas mencionadas por quantidade de fontes – O Globo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o universo total a amostra. N=272)

Na análise específica do grupo de matérias que possuem apenas uma fonte (com fala direta ou indireta), a fonte única mais citada são os atores fora do protesto, com 40%. Autoridades governamentais/policiamento vêm logo em seguida, com 35,8% deste recorte. Já manifestantes, movimentos sociais, organizações civis e sindicatos são citados como fonte única em 24,2% deste grupo de matérias.

Ainda na análise sobre a citação de fontes com falas diretas e indiretas, abrangendo agora todas as fontes citadas em todas as matérias, a **Tabela 3** discrimina quais tipos de fontes foram mais citadas no total da amostra, em números absolutos.

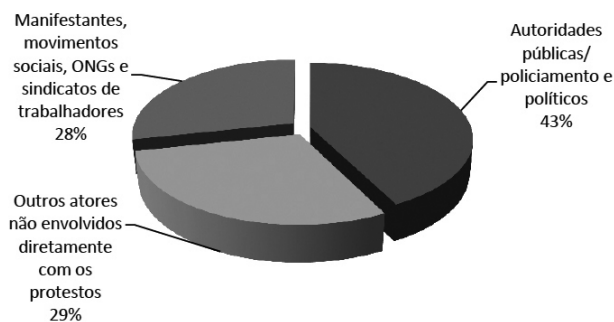
É possível notar que fontes do Poder Executivo (governadores, prefeitos, presidente e respectivos secretários ou ministros) são as mais citadas com

Tabela 3. **Fontes citadas (citação direta ou indireta) – O Globo**

Poder Executivo (titulares)	152
Manifestante	113
Forças coercitivas (polícia militar, polícia civil etc.)	57
Movimentos sociais, ONGs e sindicatos de trabalhadores	55
Indivíduo fora do protesto (morador, transeunte, vizinhança)	42
Indivíduo (personalidade artística, desportiva etc.)	39
Organização de mídia/ jornalistas	31
Especialista, universidade, centro de educação	20
Político (vinculado ou não a partido)	16
Poder Legislativo (titulares)	15
Indivíduo (empresário, comerciante)	13
Empresas ou associações empresariais	8
Organismo internacional	8
Ministério público	6
Advogado ou defensor público	6
Organização (entidade não categorizada)	5
Poder Judiciário (juízes, magistrados)	3
Partido político	2

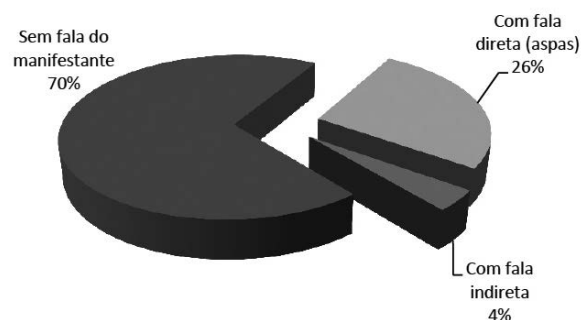
(Unidade: quantidade de menções com fala direta ou indireta. N=591)

Gráfico 44. **Três macrocategorias de fontes citadas – O Globo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o número de menções de falas diretas e indiretas. N=591)

Gráfico 45. **Proporção de matérias que trazem fala direta ou indireta de manifestantes – O Globo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o universo total da amostra. N=272)

fala direta ou indireta. Na sequência, aparecem os manifestantes, as forças coercitivas e os indivíduos fora do protesto. Levando-se em conta o lugar de fala em relação às manifestações, ao reorganizar as fontes em três macrocategorias de atores, o **Gráfico 44** traz os mesmos dados a partir de outro ângulo.

O **Gráfico 44** demonstra que o agrupamento “autoridades públicas/ policiamento/ políticos” é o mais citado, com 43% das citações de falas diretas ou indiretas. Em segundo lugar, temos outros atores não envolvidos diretamente nas manifestações (como personalidades artísticas, desportivas, instituições de mídia, organismos internacionais etc.), que somaram 27%. Próximo a isso, manifestantes, organizações civis, movimentos sociais

e sindicatos de trabalhadores ficam na terceira posição, com 28%.

Ao avaliarmos, no conjunto total das matérias analisadas, quais deram voz aos manifestantes e se estas foram falas diretas ou indiretas, o **Gráfico 45** traz uma síntese deste cenário.

Ou seja, 70% das matérias não citam falas de manifestantes e, quando citam, prevalece o uso de aspas (citação direta) se comparado ao uso da fala indireta (respectivamente, 26% e 4% do total da amostra).

O próximo elemento normativo a ser analisado é o princípio do contraditório. Cerca de 41% das matérias do O Globo trazem algum tipo de acusação

ou divergência. Ao separarmos e analisarmos este conjunto de textos em específico, o **Gráfico 46** evidencia que, em 43% dessas matérias, há acusações contra manifestantes, mas estes não são ouvidos.

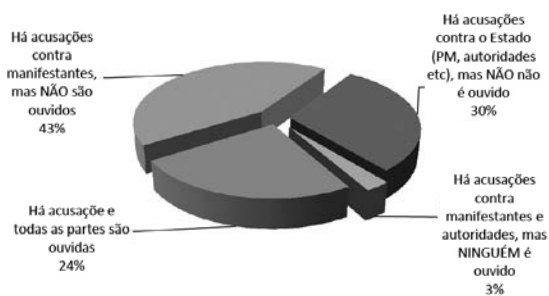
Em 30%, há acusações contra autoridades (governos e policiamento), mas estas não são ouvidas. Em 3%, há acusações contra manifestantes e autoridades, e ninguém é ouvido. Apenas 24% das matérias com acusações respeitam o princípio do contraditório. Ao colocarmos estes números na linha do tempo, no **Gráfico 47**, temos um panorama cronológico dos dias em que as matérias com acusações foram publicadas dentro do período estudado.

Notemos que o número de matérias com acusações contra manifestantes e autoridades/poli-

ciamento segue mais ou menos equiparável até o dia 12. No dia 13, aumentam as matérias com acusações contra autoridades/policiamento sem ouvi-los. No dia 18, o quadro se inverte, com um grande volume de matérias acusando manifestantes ocorrendo nesta data sem ouvi-los.

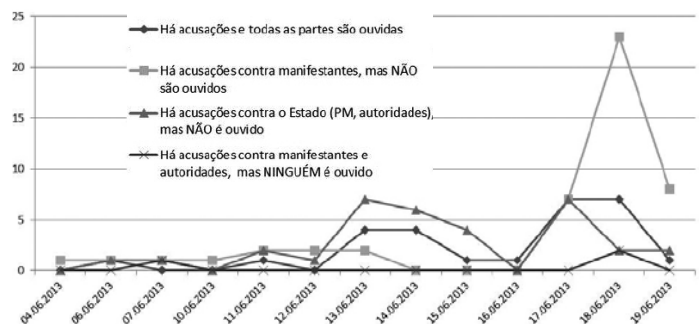
Por fim, analisemos agora um último item sobre o cumprimento de princípios normativos: a veiculação das reivindicações dos manifestantes. No exame deste tópico, assim como foi feito nos casos do O Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo, tomaremos como base de análise apenas o grupo de matérias que tenha foco descritivo na cobertura de um ato (por estas terem a obrigação normativa

Gráfico 46. **Matérias com divergências ou acusações e o princípio do contraditório – O Globo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o universo de matérias com divergências/acusações. N=111)

Gráfico 47. **Matérias com divergências ou acusações e o princípio do contraditório sob a linha tempo – O Globo**



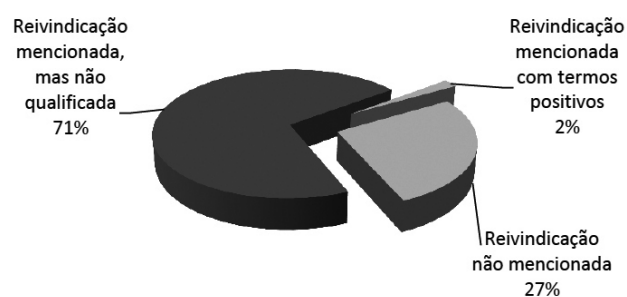
(Unidades: quantidade de matérias com acusações - N=111 / dias - N 19 .)



de citar a reivindicação)<sup>10</sup>. Como demonstra o **Gráfico 48**, 71% das matérias que têm cobertura descritiva de um protesto citam a reivindicação dos manifestantes sem qualificá-la, 27% das matérias não a citam e 2% mencionam a reivindicação com termos positivos.

Esses dados demonstram um padrão bastante similar ao encontrado no O Estado de S. Paulo e na Folha de S. Paulo. Tal como ocorreu nesses dois casos, é possível afirmar que boa parte das matérias do O Globo menciona as reivindicações dos protestos (73%, com ou sem qualificação), demonstrando um razoável cumprimento deste

**Gráfico 48. Matérias com cobertura descritiva de um ato e a qualificação da reivindicação do protesto – O Globo**



(Unidade: pontos percentuais sobre o recorte de matérias com cobertura descritiva de um ato. N=152)

indicador. Porém, persiste a fração de 1/3 de matérias com foco na cobertura dos protestos que não fazem menção à reivindicação (ou às reivindicações) das manifestações. O fato de não haver qualificação negativa das reivindicações também deixa claro que a “bandeira” dos protestos em si não foi alvo de contestações com termos claramente negativos.

<sup>10</sup> No O Globo, 56% das matérias possuem foco descritivo em um ato (ou seja, trazem o relato de uma manifestação, um protesto, um ato público) enquanto os outros 44% não tratam da cobertura descritiva, mas de matérias de repercussão ou mais analíticas sobre os eventos.

# 6.

## **Análise geral e perspectiva comparada**

### 6.1 Caracterização geral



**A** pós a exposição dos dados sobre cada veículo estudado, o objetivo deste capítulo será traçar uma análise geral, identificando padrões e tendências. Neste exame geral é que poderemos visualizar, em perspectiva, este conjunto de jornais estudados e como realizaram a cobertura sobre os protestos de

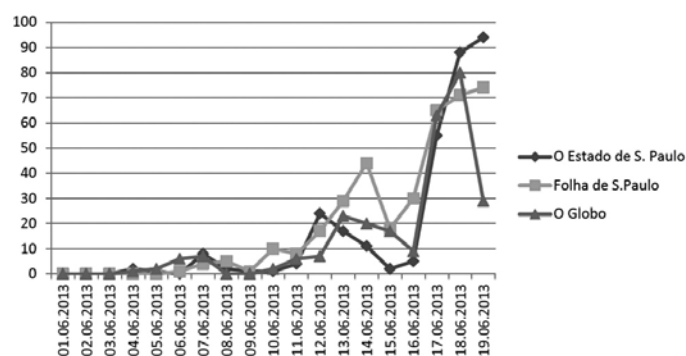
junho de 2013. Para fins didáticos e para melhor encadeamento dos dados, este capítulo também seguirá a mesma estrutura básica de seções, como ocorreu nos capítulos anteriores.

Somando os três veículos, o total da amostra desta pesquisa consiste em 964 matérias publicadas entre 1º a 19 de junho, sendo 315 matérias do



O Estado de S. Paulo, 377 da Folha de S. Paulo e 272 do O Globo. No **Gráfico 49**, podemos perceber que os três jornais seguem uma mesma tendência quanto aos períodos de crescimento no volume de publicações. A Folha de S. Paulo sustenta maior quantidade de matérias publicadas na maior parte do período, exceto no final do recorte temporal (especificamente no dia 18 e 19), quando o O Estado de S. Paulo passa a publicar um número maior de matérias sobre os protestos.

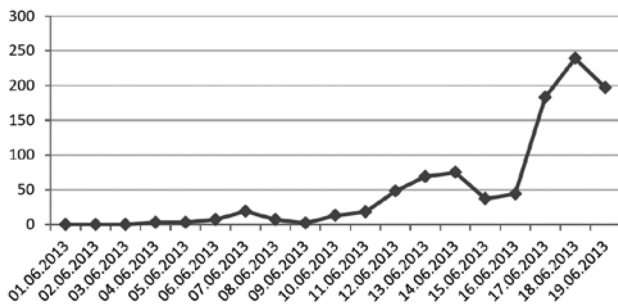
Gráfico 49. **Matérias publicadas no decorrer do período analisado por veículo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=964 / Dias - N=19)

É possível notar também que todos os três veículos possuem um padrão ascendente, com três oscilações conjuntas mais relevantes: a primeira no dia 7 de junho, a segunda – um pouco mais acentuada – entre os dias 12 e 14 de junho e um último pico entre os dias 17 e 18. Esta oscilação fica mais evidente quando somamos todas as matérias, de todos os três veículos, e colocamos o resultado na linha do tempo, como demonstra o **Gráfico 50**.

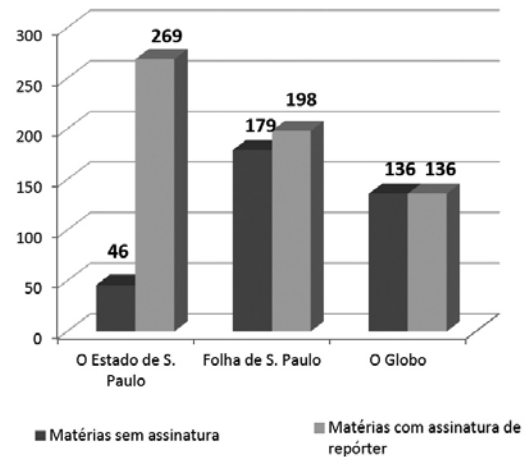
Gráfico 50. **Matérias publicadas no decorrer do período analisado – todos os veículos**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=964 / Dias - N=19)

A primeira oscilação ocorre devido às publicações de matérias de repercussão após a eclosão dos protestos no dia 6 (fase de eclosão). O segundo aumento, com pico no dia 14, reflete a fase de expansão dos protestos. Neste momento, há uma grande quantidade de matérias interpretativas-repercussivas e também matérias sobre a ocorrência de protestos em várias cidades. Já o terceiro pico do gráfico (mais volumoso) coincide com a fase de difusão dos protestos, principalmente com a realização de um grande volume de matérias envolvendo as manifestações no período da Copa das Confederações. Estas três oscilações, com pouquíssima alteração, constituem o padrão geral de fato encontrado em cada um dos veículos. Não por acaso, coincidem com as fases dos protestos, pois representam guinadas importantes quanto

Gráfico 51. **Quantidade de matérias assinadas por repórteres nos veículos**



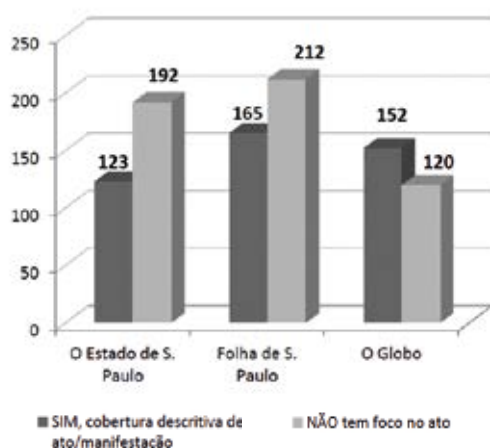
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=964)

ao direcionamento dos atos. No caso da última fase, a ocorrência da Copa das Confederações é um elemento importante no volume de matérias deste período, já que coloca os impactos das manifestações ainda mais em evidência.

Outro item de caracterização geral é a identificação de assinatura nas matérias. O **Gráfico 51** traz o quantitativo de matérias (em números absolutos) em cada um dos veículos em perspectiva comparativa.

Cerca de 63% de todas as matérias têm assinatura de repórter enquanto os outros 37% não possuem assinatura específica (eventualmente, a própria assinatura do jornal, da sucursal ou de agência sem nomeação de repórter). Em linhas gerais, os jornais Folha de S. Paulo e O Globo sustentam proporções similares, com quase metade das matérias

Gráfico 52. **Quantidade de matérias com/sem cobertura descritiva de um ato por veículo**



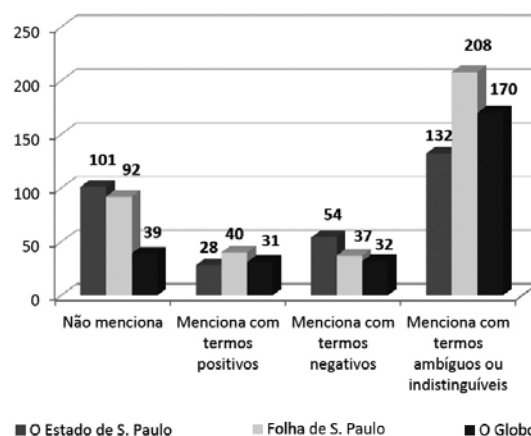
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=964)

com assinatura. Já no caso do O Estado de S. Paulo, ocorre a predominância de matérias com assinatura (cerca de 85% das matérias deste veículo).

Ao caracterizarmos o foco nos eventos, isto é, se as matérias são de cobertura descritiva dos atos ou matérias de repercussivas-interpretativas, o **Gráfico 52** demonstra que prevalecem textos repercussivos-interpretativos no O Estado de S. Paulo e na Folha de S. Paulo. No caso do O Globo, prevalecem as matérias com foco na cobertura descritiva dos protestos.

Visto de modo geral, somando todos os veículos, há uma divisão proporcional, com leve prevalência para as matérias repercussivas-interpretativas. Elas totalizam 54% do universo analisado, contra 46% de matérias com ênfase na cobertura descritiva.

Gráfico 53. **Quantidade de matérias com menções de termos positivos ou negativos nos títulos**



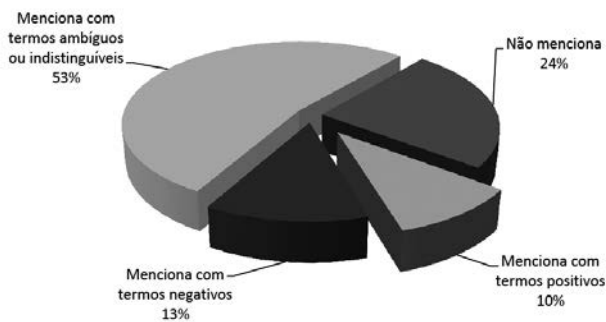
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=964)

## 6.2 Indicadores qualitativos

Observando agora os indicadores qualitativos dos atores e eventos, analisemos primeiramente o modo como os veículos trataram o tema “protesto” nos títulos das matérias publicadas no período. O **Gráfico 53** traz um panorama comparativo deste dado entre os jornais estudados, com o quantitativo de matérias em números absolutos.

Podemos perceber, primeiramente, que boa parte das matérias menciona termos diretamente vinculados às manifestações (como protestos, manifestantes, ato, manifestação, passeata etc.). De modo proporcional, isso significa 76% do total de matérias (apenas 24% não fazem referência direta no título), como expõe o **Gráfico 54**. Os dados demonstram também que boa parte dessas matérias

Gráfico 54. **Proporção de matérias com menções de termos positivos ou negativos em seus títulos no conjunto da amostra**



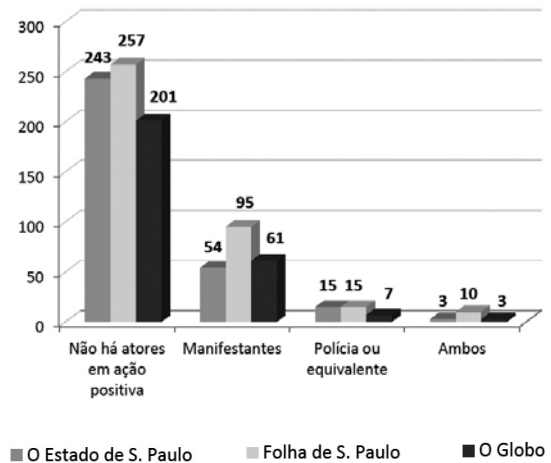
(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=964)

que citam os protestos nos títulos o faz de modo ambíguo ou indistinguível, isto é, não vinculam os eventos e atores diretamente a termos positivos ou negativos. Isso nos faz concluir que não prevalecem, nas matérias estudadas, chamadas negativas sobre os protestos nem tampouco positivas. Títulos com termos positivos e negativos somam, juntos, menos de ¼ do total.

Direcionando agora a análise para o conteúdo dos textos, primeiramente observemos a ocorrência de matérias com atores em ação positiva. Sobre este item, o **Gráfico 55** traz um ângulo comparativo entre os três veículos por quantidade de matérias publicadas.

Como também se pode visualizar no gráfico se-

Gráfico 55. **Matérias com atores em ação positiva por veículo**



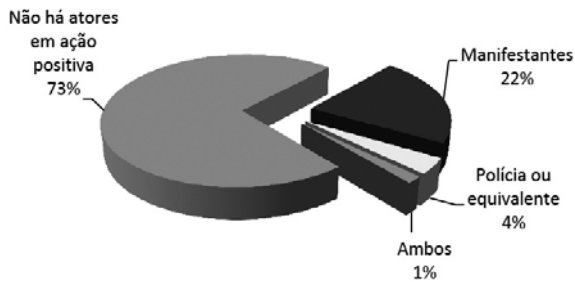
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=964)

guinte (**Gráfico 56**), preponderam as matérias em que não aparecem vinculações de termos positivos às ações dos atores de forma clara. Menos de 1/3 das matérias (27%) traz alguma qualificação neste sentido. Nesta parcela, os manifestantes foram mais vinculados a termos positivos nos textos quando comparados ao policiamento. Este padrão se repete nos três jornais.

Para compreendermos melhor este dado, convém recortar apenas as matérias que trazem qualificações positivas para algum dos atores envolvidos e analisar sua distribuição durante o período, como demonstra o **Gráfico 57**.

Primeiramente, notemos que há uma prevalência de matérias com qualificação positiva para ação de

Gráfico 56. **Matérias com atores em ação positiva no total da amostra**

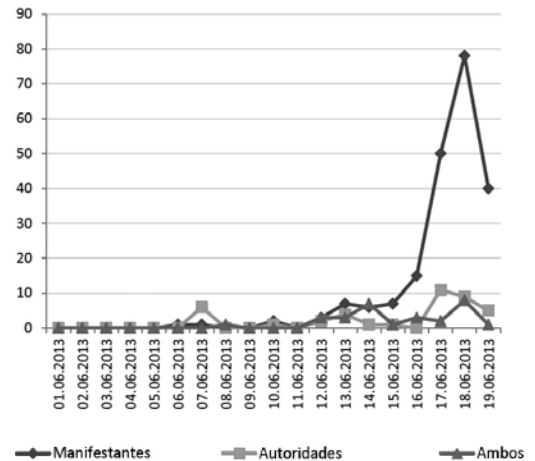


(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=964)

autoridades (policiamento) no dia 7 de junho. Isso ocorre porque, no início dos protestos, a cobertura tratou o uso da força coercitiva da Polícia Militar como algo necessário e positivo diante da eclosão das manifestações no sentido de “manter a ordem” ou “preservar os bens públicos”. Isso diminuiu com a repercussão das imagens de abusos por parte das forças de segurança e o número de menções positivas para ambos os atores segue próximo (em quantidade baixa) durante quase todo o período. As qualificações positivas para ações de manifestantes só ganharam volume de fato nos dias 17, 18 e 19.

Na análise específica deste grupo de matérias (principalmente deste último período), identificou-se que essas ocorrências se dão basicamente

Gráfico 57. **Matérias com autores em ação positiva no período – todos os veículos**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de notícias com atores em ação positiva - N=279/ Dias - N=19.)

em razão de dois temas que ganharão volume neste período: (a) uma série de atos organizados fora do país<sup>11</sup> em apoio às manifestações, cujas fontes ouvidas irão abordar positivamente a ação dos manifestantes no Brasil ou esses protestos no exterior serão descritos positivamente como “pacíficos” pelo próprio texto e; (b) uma série de matérias que traz menções de personalidades artísticas

11 Estas manifestações ocorrem principalmente em algumas grandes cidades europeias e norte-americanas.

ou desportivas apoiando os protestos, e matérias que trazem menções de personalidades políticas (presidente, ex-presidentes, ministros, ex-ministros etc.) analisando o impacto dos protestos, elogiando o direito à manifestação, à importância de realizá-las pacificamente. Assim, não se pode afirmar que o tom geral das matérias foi retratar a ação dos manifestantes de modo positivo durante todo o período de cobertura analisado. É possível afirmar que isso só ocorre em volume significativo após o início da Copa das Confederações FIFA. Importante ainda não esquecer a proporção deste conjunto: matérias com manifestantes em ação positiva representam apenas 22% da amostra, como se apontou anteriormente.

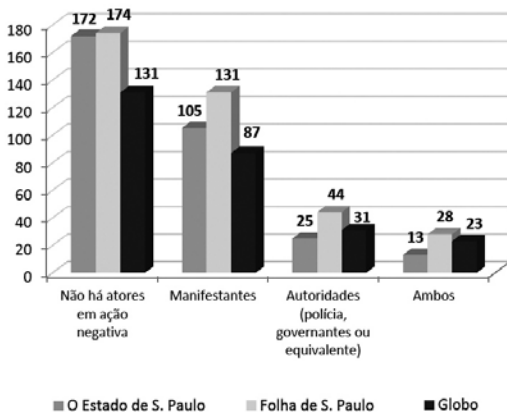
Passemos, agora, a analisar a ação negativa dos atores na cobertura dos três veículos.

O **Gráfico 58** também traz uma visão geral do quantitativo de matérias em cada veículo e quantas destas tratam quais atores com termos negativos para descrever suas ações.

Em termos percentuais, como aponta o **Gráfico 59**, quase a metade (49%) das matérias somadas de todos os três veículos não traz atores em ação negativa. Quando os textos fazem referência, os manifestantes são os atores mais vinculados a ações negativas (em 34% do total das matérias estudadas). Autoridades/policiamento só aparecem em ação negativa em 10% das matérias. Nos outros 7%, ambos (manifestantes e autoridades) são vinculados a termos que qualificam suas ações negativamente.

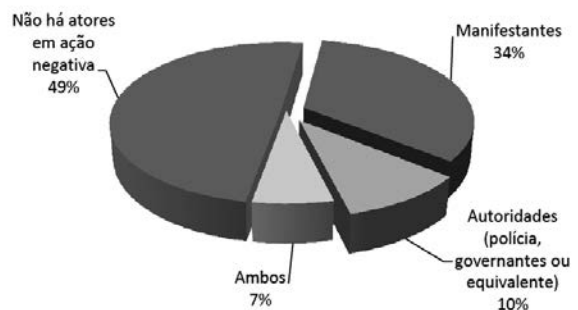
Seria incorreto afirmar que há um perfil de “isenção” das matérias com base no dado de que quase a

Gráfico 58. **Matérias com atores em ação negativa por veículo**



(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=964)

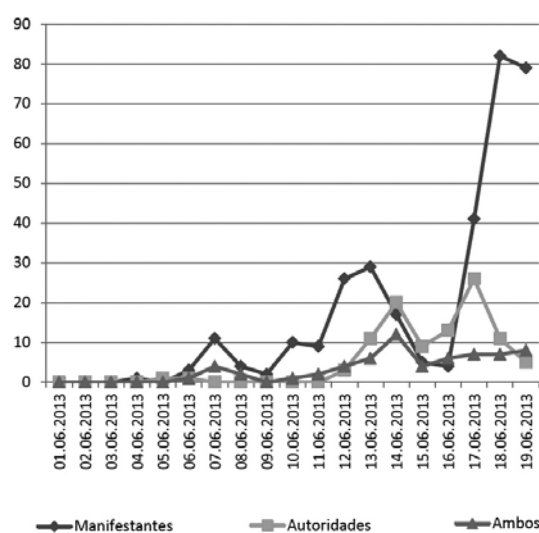
Gráfico 59. **Matérias com atores em ação negativa no total da amostra**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=964)

metade dos textos não traz qualificação negativa quanto às ações dos atores envolvidos nos protestos. Isso porque, dentro do montante de matérias que não apresenta ação negativa de atores, 60% são notícias “sem foco na cobertura descritiva de um protesto”<sup>12</sup>, ou seja, textos de repercussão ou textos em que o tema protesto é elemento de fundo, não um elemento central<sup>13</sup>. Devido a esta característica, é esperado que a ocorrência de atores em ação negativa seja mais escassa em razão do tipo de ênfase que caracteriza este grupo de textos. O que o dado nos mostra é que nem todas as matérias dos veículos estudados trazem qualificações negativas da ação dos atores, mas isso ocorre principalmente nos casos de textos que não têm foco na descrição dos atos e sim na repercussão.

Gráfico 60. **Matérias com atores em ação negativa no período – todos os veículos**



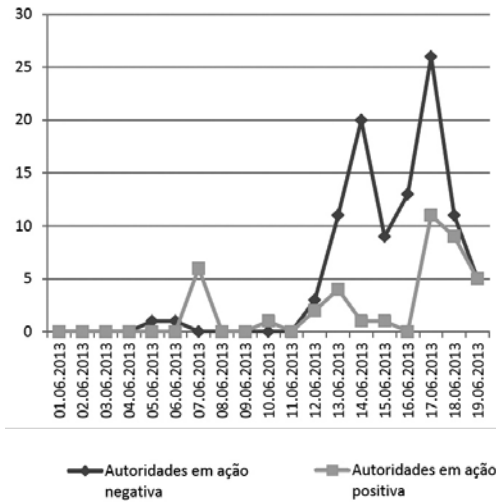
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de notícias com atores em ação negativa - N=487 / Dias - N=19)

12 No caso das matérias sem atores em ação negativa, respectivamente na Folha de S. Paulo, 54,6%, no O Estado de S. Paulo, 68,6%, e, no O Globo, 55% não têm foco na cobertura descritiva de um ato.

13 Por exemplo: uma matéria que noticia a redução da tarifa em algumas cidades após os protestos tende a não descrever um ato, mas a descrever o anúncio governamental. Os protestos, neste caso, são geralmente mencionados como pano de fundo e, por isso, o seu foco (que é a notícia da “redução da tarifa”) tende a não exigir qualificações sobre a ação de um ator: há apenas o anúncio de uma tarifa. Ao mesmo tempo, seria incorreto afirmar que a totalidade das matérias do jornal O Estado de S. Paulo traz menções negativas contra os manifestantes ou contra as autoridades.



Gráfico 61. **Matérias com autoridades em ação negativa e positiva no período – todos os veículos**



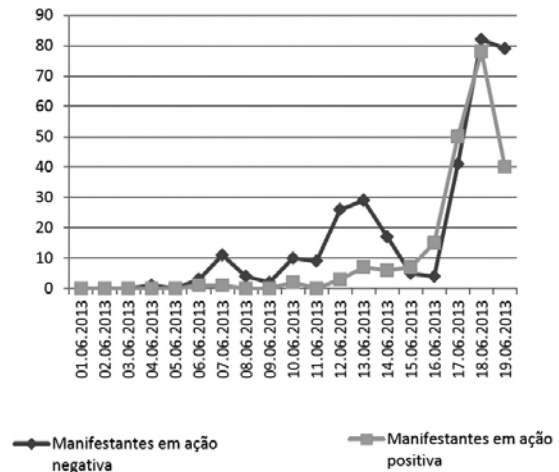
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de notícias com autoridades em ação negativa – N=100/ e recorte de notícias com autoridades em ação positiva – N=40 / Dias – N=19)

Ao separarmos o grupo das matérias que trazem alguma qualificação de algum dos atores envolvidos e observá-las no tempo, os dados do **Gráfico 60** demonstram três oscilações de volume principais: um padrão que se repete nos três jornais.

O primeiro aumento demonstra que, na eclosão dos protestos, termos negativos foram utilizados para descrever a ação dos manifestantes. Entre os dias 12 e 13, isso aumenta principalmente devido aos protestos do dia 13. A última oscilação, que representa o maior volume do período, ocorre a partir do dia 17 e está claramente vinculada à cobertura dos protestos durante a Copa das Confederações FIFA.

Comparando as ocorrências de matérias que caracterizam a ação dos atores em termos positivos

Gráfico 62. **Matérias com manifestantes em ação negativa e positiva no período – todos os veículos**



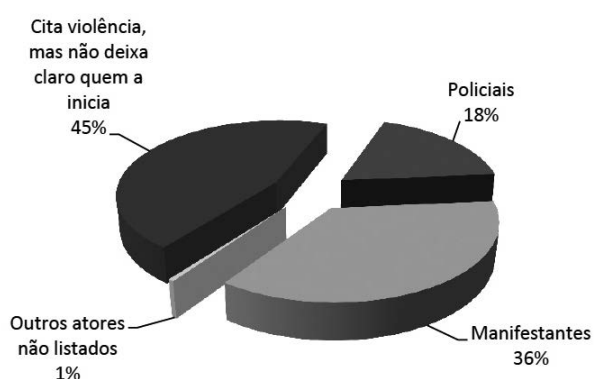
(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte de notícias com manifestantes em ação negativa – N=323/ e recorte de notícias com manifestantes em ação positiva – N=210 / Dias – N=19)

e negativos na linha do tempo, nos **Gráficos 61** e **62**, temos respectivamente este cruzamento em relação às autoridades/policiamento e aos manifestantes.

Analisemos, agora, um último indicador qualitativo: a identificação do estopim dos conflitos, isto é, quais os atores apontados nas matérias como o agente incitador de violência durante os conflitos:

Como demonstra o **Gráfico 63**, ao examinar apenas as matérias que trazem a identificação do estopim da violência, 45% citam violência, mas não deixam claro quem a inicia. Os manifestantes são os atores mais mencionados como o incitador de ações violentas durante os protestos com 36% destas matérias. Policiais somam a metade deste volume (18%).

Gráfico 63. **Identificação do estopim de conflitos em matérias que descrevem ações violentas – todos os veículos**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o recorte de matérias que descrevem ações violentas -N=393)

### 6.3 Indicadores normativos

Entrando nos indicadores normativos, primeiramente analisemos o quantitativo de fontes com falas diretas e indiretas mencionadas nas matérias. A **Tabela 4** traz um comparativo entre os veículos por quantidade de matérias e número de fontes.

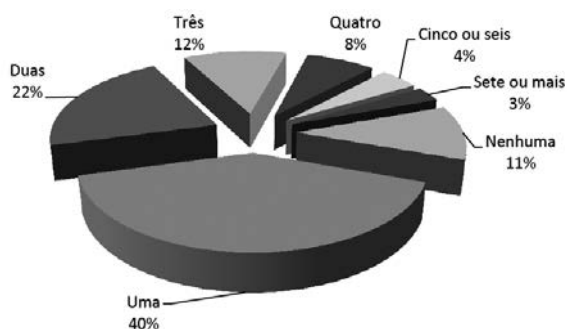
Ao somarmos estes valores e transformarmos em pontos percentuais (**Gráfico 64**), 51% das matérias de toda a amostra não mencionaram qualquer fonte ou mencionaram apenas uma fonte. Uma proporção bastante alta que aponta para um caráter superficial dos textos, não atingindo um parâmetro adequado. Este foi um padrão similar nos três veículos estudados.

Tabela 4. **Matérias por quantidade de fontes em cada veículo**

Nº de fontes citadas	Quantidade e proporção de matérias em cada veículo por nº de fontes citadas		
	O Estado de S. Paulo	Folha de S. Paulo	O Globo
Nenhuma	51	33	22
Uma	146	123	120
Duas	67	90	50
Três	24	57	33
Quatro	16	40	20
Cinco ou seis	7	23	13
Sete ou mais	4	11	14

(Unidades: Quantidade de matérias sobre o universo total da amostra - N=964)

Gráfico 64. **Proporção de matérias com falas diretas ou indiretas mencionadas por quantidade de fontes – todos os veículos**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo total da amostra - N=964)

Ao efetuar a análise específica das matérias de fonte única e averiguar que tipo de fonte é mais ouvido nestes casos, os dados demonstram que as autoridades governamentais/policiamento são fontes únicas em 45% destas matérias, enquanto manifestantes são fontes únicas em apenas 11% delas. Se somarmos ONGs, movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores ao grupo dos manifestantes, este percentual sobe para 23%. As demais matérias de fonte única trazem outros atores fora do protesto (como moradores, comerciantes, transeuntes, especialistas, personalidades etc.). Este quadro reforça a ênfase das fontes em autoridades



governamentais no primeiro plano e coloca manifestantes e organizações civis em segundo plano.

Ainda na análise das fontes, a **Tabela 5** traz os números de fontes mais citadas nas matérias diluídas em perfis específicos.

Poder Executivo, manifestantes, indivíduos fora do protesto, forças coercitivas e organizações de mídia são os perfis de fontes mais ouvidos.

Ao separarmos todas as fontes em três grupos mais relevantes quanto aos seus papéis em relação aos

protestos, o **Gráfico 65** demonstra que 47% de todas as fontes citadas são autoridades públicas/políticos e 18% são manifestantes, movimentos sociais, ONGs e sindicatos de trabalhadores. Os 25% restantes são os demais perfis, isto é, indivíduos e organizações que não estão na esfera político-governamental e também não estão diretamente envolvidos nos protestos. Mais um dado que reforça a prevalência das fontes institucionais na cobertura dos protestos.

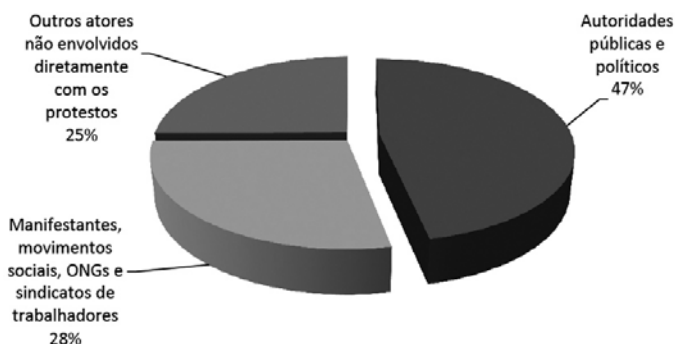
Tabela 5. **Categorias de fontes mais citadas**

Poder Executivo (titulares)	540
Manifestante	335
Indivíduo (morador, artista, desportivo, transeunte, comerciante etc.)	244
Movimentos sociais, ONGs e sindicatos de trabalhadores	203
Forças coercitivas (polícia militar, polícia civil e outras)	203
Organização de mídia/ jornalistas	100
Poder Legislativo (titulares)	52
Político (vinculado ou não a partido)	49
Especialista (universidade, centro de pesquisa)	47
Organismo internacional	30
Empresas ou associações empresariais	28
Poder Judiciário (juízes, magistrados)	18
Partido político	18
Advogado ou defensor público	18
Ministério Público	17
Outros não listados	13

(Unidade: quantidade de menções com fala direta ou indireta. N=1915)

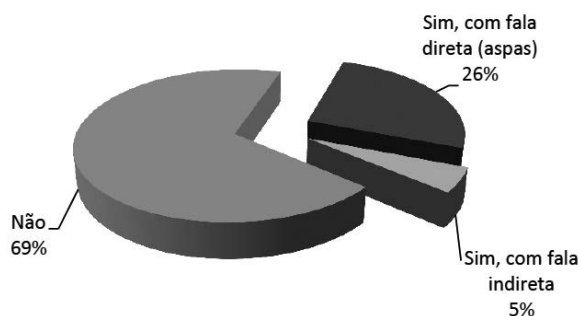


Gráfico 65. **Três macrocategorias de fontes citadas (citação direta ou indireta) – todos os veículos**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo das menções com fala direta ou indireta. N=1915)

Gráfico 66. **Proporção de matérias que trazem fala direta ou indireta do manifestante – todos os veículos**



(Unidade: Pontos percentuais sobre o universo das menções com fala direta (Unidade: pontos percentuais sobre o universo total da amostra. N=964) a ou indireta. N=1915)

Separando as matérias que trazem as falas apenas dos manifestantes, o resultado geral demonstra que 69% das matérias dos três veículos somados não trazem a fala desses atores. Nos 31% de matérias que contêm a fala de manifestantes, a maioria traz citação direta, como demonstra o **Gráfico 66**.

Outro indicador normativo analisado foi, como vimos em cada um dos veículos, o cumprimento ou não do princípio do contraditório. Neste caso, o pressuposto deontológico é que, em toda matéria que tenha uma acusação, deve-se ouvir o ente acusado para que se possa colocar a visão divergente do fato, o chamado contraditório.

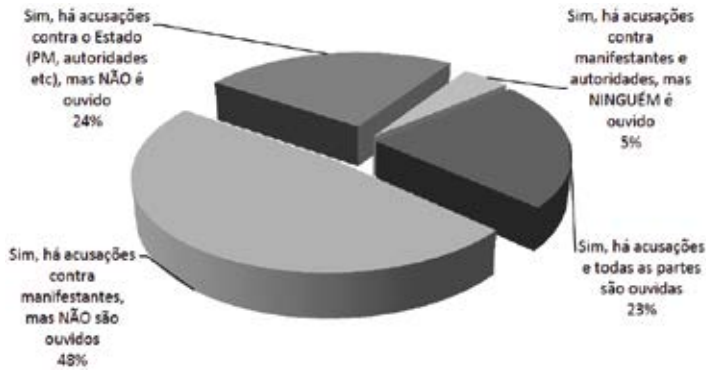
De acordo com o **Gráfico 67**, podemos ver que apenas 23% das matérias que trazem algum tipo de acusação cumprem o princípio de ouvir a parte acusada. Significa dizer, de outro modo, que

77% dessas matérias (312 matérias, em números absolutos) violam este preceito. Os manifestantes são os atores que foram mais acusados sem ser ouvidos: 48% de todas as matérias que trazem acusações se referem a acusações apenas contra os manifestantes, sem colocá-los em situação de fala. Autoridades/policiamento também são afetados pelo não cumprimento do princípio do contraditório, com 23% deste grupo de matérias.

No **Gráfico 68**, podemos visualizar a ocorrência dessas matérias com acusações no período.

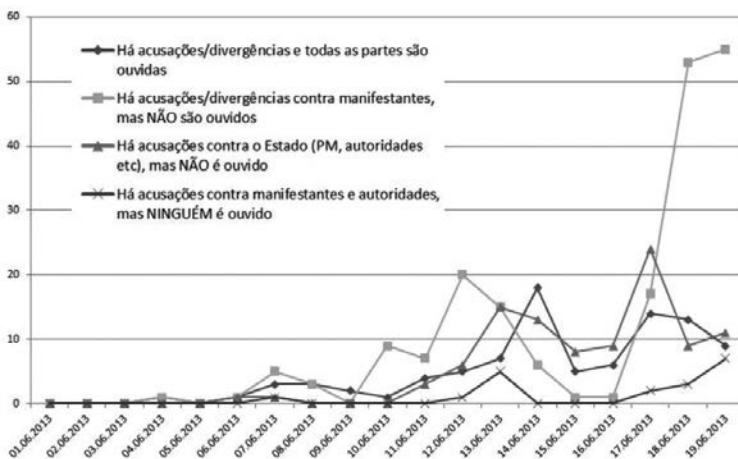
Podemos perceber um aumento expressivo do volume de matérias com acusações contra manifestantes sem ouvi-los, principalmente nos dias 12 de junho e, de modo bastante acentuado, nos dias 18 e 19.

Gráfico 67. **Matérias com divergências ou acusações e o princípio do contraditório – todos os veículos**



(Unidade: pontos percentuais sobre o universo de matérias com divergências/acusações. N=405)

Gráfico 68. **Matérias com divergências ou acusações e o princípio do contraditório sob a linha tempo – todos os veículos**

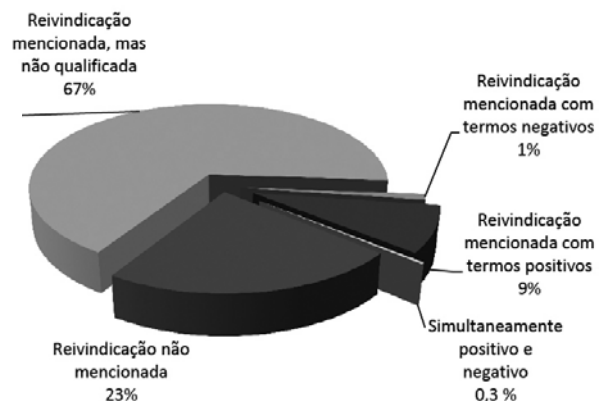


(Unidades: Quantidade de matérias sobre o recorte das notícias com acusações - N=405/ Dias - N =19)

Por fim, um último indicador analisado se refere à menção ou não da reivindicação dos protestos em matérias com foco descritivo na cobertura das manifestações. O **Gráfico 69** traz os dados totais da amostra, isto é, com todos os veículos somados.

Neste indicador, 23% das matérias não cumprem o preceito normativo de informar a reivindicação – ou as reivindicações – que movia os protestos. Cerca de 67% das matérias mencionam a reivindicação, mas não a qualificam. Com valores percentuais menores, 9% qualificaram a reivindicação com termos claramente positivos e apenas 1% com termos negativos. Isso nos permite dizer que a reivindicação em si foi bastante reportada e não houve, na maioria das matérias, preponderância quanto a uma valorização específica. Este também foi um padrão comum aos três veículos.

Gráfico 69. **Matérias com cobertura descritiva de um ato e a qualificação da reivindicação do protesto – todos os veículos**



(Unidade: pontos percentuais sobre o recorte de matérias com cobertura descritiva de um ato - N=652)



# considerações finais

Este estudo teve como objetivo compreender de que forma a imprensa brasileira realizou a cobertura sobre as Manifestações de Junho no Brasil no período que antecedeu seu ápice. Especificamente, a análise se concentrou nos primeiros 19 dias do mês de junho de 2013, incluindo, assim, o processo que culminou no dia 20 de junho, data na qual ocorreram as maiores manifestações registradas e que também marca o fim da fase de expansão dos protestos. Tratou de três veículos: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, em suas respectivas versões na *web*. O total da amostra consistiu em 964 matérias do gênero notícia/reportagem.

Primeiramente, buscamos contextualizar os protestos, identificando suas quatro etapas fundamentais: fases de preparação, eclosão, ampliação, difusão e desmobilização. O estudo se concentrou na fase de eclosão até a fase de difusão. Os dados demonstraram o aumento gradativo de matérias, com gráficos em linha ascendente nos três jornais. A caracterização das fases coincide com o aumento de publicações, sendo a última delas (difusão) a que abrange o maior número de matérias.

Os resultados demonstraram que os veículos seguem padrões de cobertura bastante similares em todos os indicadores estudados. As diferenças encontradas foram pontuais e pouco significativas.

Em linhas gerais, não predominaram nas matérias conotações negativas e nem mesmo positivas para as manifestações e seus atores na totalidade do período estudado. Por outro lado, os manifestantes são os atores mais caracterizados, tanto em termos positivos quanto negativos. O único momento em que as autoridades/policiamento se sobressaem



com mais menções positivas é justamente na fase de eclosão dos protestos, quando a cobertura colocava a ação da polícia militar em termos positivos. Com o aumento da violência e ataques a jornalistas, esse volume não mais se sobrepôs até o final do período analisado. Os dados corroboram a análise de Venício A. de Lima quando sintetiza a cobertura midiática dos protestos:

*A primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes (LIMA, 2013, posição 1669)*

Quanto à qualificação sobre quem foi o incitador da violência nos protestos, metade das matérias cita violência, mas não deixa evidente quem a provocou. Da outra metade restante, os manifestantes são duas vezes mais acusados de serem o estopim da violência do que as autoridades/policiamento.

Nos indicadores normativos, apenas um item parece atingir patamares razoáveis: a reivindica-

ção das manifestações foi bastante mencionada nas matérias – na maioria das vezes, de forma não diretamente valorativa. As poucas menções negativas à reivindicação demonstram que a bandeira em si não foi alvo de contestação direta dos meios de comunicação, pelo menos não em matérias informativas (o mesmo não se pode dizer em editoriais, colunas e gêneros opinativos, que não fizeram parte do escopo analisado nesta pesquisa). Por outro lado, o número elevado de matérias com nenhuma ou apenas uma fonte demonstra problemas na qualidade dos textos do ponto de vista jornalístico e indica superficialidade na apuração dos fatos em pelo menos metade dos textos publicados. Isso se agrava quando 45% das matérias de fonte única citam autoridades/policiamento enquanto os manifestantes são fontes únicas em apenas 11% das matérias, uma clara conotação da



ênfase institucionalista dos veículos em detrimento aos participantes dos protestos. Essa conclusão também é confirmada ao se contabilizar todas as fontes citadas em todas as matérias, em que se demonstrou que 47% de todas as fontes citadas são autoridades públicas/políticos, enquanto os manifestantes, organizações civis, movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores ficam, juntos, com a parcela de apenas 18% das falas. Um número bastante baixo tendo em vista que estes são os principais atores dos eventos narrados.

As fragilidades da cobertura também ficaram evidentes na análise sobre o cumprimento do princípio do contraditório. O fato de apenas 23% das matérias que possuem acusações cumprirem este preceito é preocupante e demonstra que ainda há muito a avançar na qualidade do jornalismo. Ao

mesmo tempo, chama ainda mais a atenção o fato de os manifestantes serem os atores que foram mais acusados sem serem ouvidos: esse é o caso de 48% de todas as matérias que trazem acusações.

Por fim, é possível afirmar que o estudo traz elementos suficientes para colocar em evidência diversas fragilidades do jornalismo brasileiro atual. Embora seja necessário ampliar pesquisas desta natureza para pintar um quadro maior destas distorções, os dados demonstram que não há apenas equívocos textuais ou técnicos a serem resolvidos no jornalismo brasileiro, mas os problemas encontrados também apontam para violações éticas e impactos políticos relevantes, uma vez que os meios são parte inevitável da sedimentação de valores e da própria construção da realidade compartilhada socialmente.



# referências

BAKIR, Vian. *Sousveillance, media and strategic political communication*: Iraq, USA, UK. Londres: Continuum, 2010.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. Vitória, 2007. Disponível em: [http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf), acesso em 8 dezembro 2014.

FISHER, Dana R., BOEKKOOI, Marije. Mobilizing friends and strangers: Understanding the role of the internet in the step it up day of action. *Information, Communication & Society*, 13 (2), p. 193–208, 2010.

FONSÊCA, Daniel. *Não dá para não ver*: As mídias nas manifestações de junho 2013. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2013. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10419.pdf>, acesso em janeiro de 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

JUDENSNAIDER, Elena, LIMA, Luciana, ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos*: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia et. al. *Cidades Rebeldes*: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Posição 1645-1738 (Versão Kindle)

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua*: cibertivismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena, LIMA, Luciana, ORTELLADO, Pablo, POMAR, Marcelo. *Vinte centavos*: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia et. al. *Cidades Rebeldes*: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Posição 1289-1403 (Versão Kindle)

SILVA, Sivaldo Pereira da. Ação coletiva e engajamento político na era da comunicação digital: Aderência, mobilização e ativismo em redes sociais online. Texto apresentado no *I Seminário de Pesquisadores do CEADD*. Salvador: Facom, 2013.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são (vol I). Florianópolis: Insular, 2005.

A presente publicação está licenciada por meio da autorização Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 2.5 Genérica, disponível em <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/deed.pt>>. As fotos da Mídia Ninja, que ilustram a pesquisa e a capa da publicação, são licenciadas por meio da autorização Creative Commons Atribuição – Compartilha Igual 4.0 Internacional, disponível em <<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt>>

O conteúdo desta obra poderá ser reproduzido, integral ou parcialmente, podendo ser, até mesmo traduzido, desde que sempre seja reconhecido o direito de atribuição e referência aos nomes dos autores desta obra, nos termos da licença. Adicionalmente, caso o uso implique alteração, transformação ou criação de outra obra com base em qualquer dos artigos ou na obra completa, a obra resultante somente poderá ser distribuída sob uma licença idêntica a que ora está em vigência. Quaisquer dessas condições podem ser renunciadas, desde que se obtenha permissão expressa dos autores. A publicação também está disponível em versão eletrônica no site [www.intervozes.org.br](http://www.intervozes.org.br)

As fotos da Mídia Ninja podem ser compartilhadas em qualquer suporte ou formato, desde que sempre seja reconhecido o direito de atribuição e referência aos nomes dos autores, nos termos da licença. Adicionalmente, caso o uso implique alteração, transformação ou criação de outra obra, a obra resultante somente poderá ser distribuída sob uma licença idêntica a que ora está em vigência.

**Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Rua Rego Freitas, 454 cj.92 - São Paulo/SP

CEP: 01220-010

Telefone: (11) 3877-0824

**[www.intervozes.org.br](http://www.intervozes.org.br)**



APOIO

---



FORDFOUNDATION

**FRIEDRICH  
EBERT**   
**STIFTUNG**